**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

CAMILA MUNHOZ

A RELAÇÃO ENTRE O PSICANALISTA E SUAS TEORIAS

**São Paulo
2009**

CAMILA MUNHOZ

A RELAÇÃO ENTRE O PSICANALISTA E SUAS TEORIAS

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Problemas Teóricos em Psicologia
Orientador: Prof. Dr. Luís Cláudio M. Figueiredo

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTES
TRABALHOS, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Munhoz, Camila.

A relação entre o psicanalista e suas teorias / Camila Munhoz;
orientador Luís Claudio Mendonça Figueiredo. -- São Paulo, 2009.

105 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em
Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) –
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Psicanálise 2. Teoria psicanalítica 3. Epistemologia 4.
Clínica psicanalítica 5. Formação do psicanalista 6. História da
psicanálise I. Título.

RC504

FOLHA DE APROVAÇÃO

Camila Munhoz

A relação entre o Psicanalista e suas teorias

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Problemas Teóricos da Psicologia

Orientador: Prof. Dr. Luís Cláudio M. Figueiredo

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao meu pai, Fábio Antonio Munhoz (*i.m.*)

Aos meus queridos filhos, Beatriz e Frederico

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por sua presença discreta e constante em todos os momentos realmente importantes da minha vida. Também por sua disponibilidade (tanto para a leitura dos meus textos, quanto como companhia fundamental) na reta final desse trabalho.

Aos apoios afetivos e muito efetivos de: Mariana Munhoz, minha irmã, com quem aprendi, desde pequena, o que é ser companheira; Edy Lucia dos Santos, que com sua capacidade de cuidar, tanto ensina a mim e aos meus filhos; Iara Patarra, comadre-irmã; Luciana Lafraia, amiga de todas as horas; Marta Kawano e Cássio França, cada um ao seu modo, com conversas pontuais e muito importantes sobre o que é um mestrado.

Às leituras cuidadosas (e também muito afetivas) de Luciana Lafraia, Alexandre Bellis, Alina Zoqui, André Meller, Andréa Félix, Luiz Gustavo Veiga, Luísa Munhoz e Isabel Botter.

Aos amigos de cozinha do consultório, que com suas conversas tornaram menos árduos meus últimos meses: João Pedro Jávera (com seus toques de Midas na minha vida), Luiz Gustavo Veiga, Ana Maria Veiga, Breno Sniker e Isabel Botter.

Ao meu orientador, Luís Cláudio Figueiredo, por sua capacidade de esperar brotar uma questão de pesquisa significativa para mim e, principalmente, por sua ajuda de parteiro paciente no último mês desse trabalho.

Ao meu grupo de orientação, onde também se inclui o Luís Cláudio, que acompanharam pacientemente os meus primeiros textos sem sentido, criticando-os com cuidado e rigor: Adriana Salvitti, Breno Sniker, Camila Pavanelli, Daniel Schor e Marília Marra.

À minha banca de qualificação, Nelson da Silva Jr. e Nelson Coelho Jr., por suas críticas pertinentes e sugestões enriquecedoras. Obrigada.

À Sônia Maria Ramos Mendonça, minha primeira analista, onde tudo começou. E à Rúbia Delorenzo, minha analista atualmente, que me acompanhou nesse período e com isso permitiu que este trabalho foi feito.

Ao apoio financeiro do CNPq.

RESUMO

MUNHOZ, C. **A relação entre o psicanalista e suas teorias**. 2009, 105p., Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Esta pesquisa pretendeu abordar a relação que o psicanalista estabelece com as teorias psicanalíticas existentes para dar conta do que ocorre na clínica. Partindo do princípio de que a teoria psicanalítica possui a especificidade de se fundamentar na análise pessoal de quem a cria e de quem a lê, não é possível classificá-la dentro das disciplinas científicas clássicas, nem das hermenêuticas. Essa especificidade cria problemas para a sua transmissão, pois supõe o atravessamento de transferências e contratransferências que o psicanalista estabelece com seus pacientes, com seus pares e com as teorias que estuda. Esta dissertação consta de dois ensaios. O primeiro aborda a história do movimento psicanalítico e as modificações ocorridas em suas instituições de modo a se aproximarem da radicalidade teórica da psicanálise. Neste ensaio alguns conceitos são fundamentais, quais sejam, a transferência, a resistência que ela suscita, e a identidade clínica do psicanalista, fruto do trabalho com ambas. O segundo ensaio discorre sobre a trama própria da teoria psicanalítica e como esta se constrói a partir de metáforas que nunca abrangem completamente o fenômeno do inconsciente. A relação entre a teoria e a prática, ambas indissociáveis na psicanálise, também se torna presente neste texto, a partir de exemplos de como o psicanalista pensa enquanto teoriza ou clínica.

Palavras chave: Psicanálise. Teoria Psicanalítica. Epistemologia. Clínica Psicanalítica. Formação de Psicanalistas. História da Psicanálise.

ABSTRACT

MUNHOZ, C. **The relationship between the psychoanalyst and his theories.** 2009, 106 p., Dissertação (mestrado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.

This research focus on the relationship the psychoanalysis establishes with the existing psychoanalytical theories in order to deal with the events of clinical practice. Based on the principle that a psychoanalytical theory stems from the personal analysis of both its creator and its reader, it is not possible to classify such theories neither under the classical fields of science, nor of hermeneutics. This specificity interferes in the transmission of these theories because it passes through transferences and counter-transferences that the psychoanalyst establishes with his patients, his colleagues, and with the theories themselves. This dissertation is composed of two essays. The first broaches the history of the psychoanalytical movement and the changes observed in psychoanalytical institutions bringing them closer to the roots and more daring aspects of psychoanalytical theory. Some concepts are essential to this essay: transference, the resistance it evokes, and the clinical identity of the psychoanalyst, which results from working with the former two. The second essay is about the fabric of psychoanalytical theory itself and how it is built from metaphors that never quite fully encompass the phenomena of the unconscious. The relationship between theory and practice, both non-dissociable in psychoanalysis, is also present in this text in the form of examples of how the psychoanalyst thinks when theorizing of during clinical practice.

Key words: Psychoanalysis. Theory of Psychoanalysis. Epistemology. Clinical practice of psychoanalysis. Formation of the Psychoanalyst. History of Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p. 10
1 - Breves considerações sobre a epistemologia da Psicanálise.....	p. 14
2 - A Especificidade da Escrita Psicanalítica.....	p. 24
3 - Plano da Dissertação.....	p. 26
 1 – TEORIA E SOCIEDADES PSICANALÍTICAS - A FORMAÇÃO DO PSICANALISTA	p. 28
1. 1 - Reflexões iniciais.....	p. 28
1. 2 - Das Complicações Transferenciais ao Debate de Idéias.....	p. 38
1. 3 - As Relações entre Mestres e Discípulos na Psicanálise.....	p. 45
1. 4 - A Expansão do Movimento Psicanalítico.....	p. 50
4.1 – Características da Institucionalização da Psicanálise na Inglaterra.....	p. 52
4.2 - Características da Institucionalização da Psicanálise na França.....	p. 54
4.3 – Características da Institucionalização da Psicanálise na América Latina.....	p. 56
1. 5 - O Momento Atual.....	p. 57
 2 - O PSICANALISTA E AS TEORIAS PSICANALÍTICAS	p. 60
2. 1 - O Objeto Psicanalítico e a Trama da Teoria (parte 1).....	p. 60
2. 2 - Breves comentários sobre a eficácia das <i>construções</i> na Psicanálise.....	p. 65
2. 3 - O Objeto Psicanalítico e a Trama da Teoria (parte 2).....	p. 70
2. 4 - A Específica Relação entre a Teoria e a Prática Psicanalítica.....	p. 78
2. 5 -A Prática Clínica Invasando a Teorização e Vice-versa.....	p. 89
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 95
1 - Os bastidores da teorização psicanalítica.....	p. 98
 REFERÊNCIAS	p. 103

Introdução

Esta pesquisa pretendeu se debruçar sobre um problema bastante amplo que abarca a epistemologia da psicanálise, sua história e a relação entre a clínica e os conceitos. Problema este que se resume no título desta dissertação: como o psicanalista se relaciona com suas teorias? Ou seja, qual o estatuto da teoria para a Psicanálise? Parto de uma premissa, que pretendo defender no corpo do texto, de que há uma especificidade na maneira como os psicanalistas lêem e, inclusive, escrevem a teoria. O modo como esse tema de investigação se delineou para mim reflete um pouco do que chamo dessa especificidade; sendo assim, relatarei esse percurso

A primeira versão do meu projeto de pesquisa propunha-se a examinar relatos clínicos de psicanalistas que seguissem duas linhas teóricas diferentes: a winnicottiana e a lacaniana. De uma forma pouco clara eu imaginava que esses relatos revelariam mais semelhanças do que diferenças entre as duas teorizações. Para além dos jargões, os fenômenos se mostrariam os mesmos. Hipótese simplista e bastante cientificista, já que, no fundo, para mim estaria ali alguma verdade para além das teorias e que corresponderia ao objeto estudado. Segundo Hanly (1995), tanto o senso comum como a ciência positivista baseiam-se na idéia de verdade por correspondência, que era a adotada por mim no início da pesquisa.

Ao iniciar minhas atividades acadêmicas na pós-graduação, das quais estava distante há dez anos, desde o término da minha graduação, senti uma grande dificuldade em estudar os temas propostos nos cursos. Apesar de quase todos serem relacionados à psicanálise, que continuei estudando sistematicamente durante esse período. Fui me deparando, então, com algo que eu comecei a perceber ser uma diferença na maneira de encarar a teoria, de estudá-la, que se explicitava em uma busca por um rigor, por uma coerência objetiva do texto. Apesar

da dificuldade, tentei estudar “academicamente” minha questão, seguindo o ditado: em Roma, faça como os romanos.

Assim, comecei a tentar escrever textos que revelassem aproximações e afastamentos entre as duas teorias psicanalíticas estudadas por mim “psicanaliticamente”. Minha idéia era fazer um estudo epistemológico dos dois autores: a quais matrizes de pensamento estavam filiados, quais influências filosóficas, quais concepções de sujeito e de intersubjetividade estavam em jogo? Logo vi que um estudo epistemológico comparativo dessa natureza não daria conta de uma questão que ainda estava pouco clara para mim.

Assim, tentei retomar meu interesse inicial, que tinha muito a ver com meu percurso psicanalítico e que passava pelos dois autores. Juntamente com isso, revi minha formação psicanalítica para questioná-la a partir da maneira – que estou chamando de acadêmica, mas também poderia ser filosófica, objetiva – de se estudar na Universidade.

Percebi então que, muitas vezes, quem se dedica à clínica psicanalítica faz um uso aparentemente pragmático das teorias que estuda. Não procura uma coerência interna na obra, usa, muito mais, partes de teorias que mais lhe ajudam em determinada situação. Na minha clínica, além de Freud, Lacan e Winnicott muito me serviram. Não vejo um paciente lacaniano, nem um paciente winnicottiano. Também não usei mais tal autor para tratar de determinado quadro psicopatológico. As leituras de ambos me inspiram, suscitam questões, fazem com que a clínica se movimente. Isso me intriga, pois suas teorias são praticamente opostas em um campo essencial: o dos encontros intersubjetivos que se dão (ou não) na clínica psicanalítica.

A psicanálise atual já incorporou, mesmo que não explicitamente, os ensinamentos tanto de Lacan quanto de Winnicott. A maneira como hoje em dia se dá a formação psicanalítica, muitas vezes fora de uma única escola, por meio de grupos de estudo, supervisões etc., que são escolhidos a partir da transferência de um analista com outro

analista, faz com que não existam mais tantos analistas sectários. Em poucas escolas se exige uma fidelidade a toda prova a determinado autor. Quando lemos Lacan, por exemplo, já o fazemos a partir de um pano de fundo psicanalítico que contém, além de Winnicott, Klein, Bion, enfim, todos os grandes teóricos da psicanálise. Isso será mais bem explorado no primeiro ensaio: por que aconteceram tantas mudanças na política institucional da psicanálise? Seriam decorrentes apenas de fatos políticos, ou teriam mais a ver com essa especificidade da teoria?

Cronologicamente, se fosse possível traçar uma sequência linear na descrição do meu percurso psicanalítico, eu teria começado mencionando a minha análise pessoal, que me fez começar a estudar Freud, e posteriormente ver algum sentido na teoria lacaniana, que influenciou a maneira como comecei a clinicar, que me levou a estudar também Winnicott. Freud já nos precaveu contra a falácia que é pensar em uma linearidade cronológica, ou mesmo em escolhas conscientes. Assim, essa historinha simples se complica quando pensamos que a tal primeira análise (antes da leitura de Freud e Lacan) influencia até hoje, inclusive na escolha de outras análises e de outros autores.

Feita a ressalva, tentarei tecer uma explicação sobre as escolhas que fiz: meu interesse por Lacan não nasceu ligado à minha experiência como clínica, que, aliás, eu ainda não tinha quando comecei a estudá-lo. Desde o início, percebi nele um rigor teórico que me agrada, uma ética da teoria: nada pode ser feito sem ser muito bem estudado e explicado. Se a teoria se complica é porque o fenômeno não é simples. A maneira como ele concebe o encontro intersubjetivo, ou seja, o não encontro, já que a compreensão é ilusória e impossível, me parece interessante por não nos deixar esquecer da diferença radical e da ilusão de completude que tanto nos atrai. Até a certeza expressa em algumas de suas formulações (como aquela que diz que não há relação sexual, expressa no Seminário 20) me parece interessante, pois nos faz pensar sempre na impossibilidade do encontro.

Contraditoriamente, uma teoria muito bem estruturada e completa, como me parece tentar ser a lacaniana, ignora ou obscurece a singularidade de cada encontro. Aliás, só a fé na teoria, a mesma fé de tantos filósofos, já ignora o inesperado e surpreendente do ser humano. E acho que é aí que me afasto deste autor. Quando iniciei minha clínica fui impactada pela percepção de que alguns encontros eram essenciais entre analista e paciente, e não faria diferença se estes tivessem sido ilusórios ou não. É aí que a teoria winnicottiana começa a me fazer sentido. Paradoxalmente (como Winnicott diria...), no entanto, sem as assertivas lacanianas, eu poderia ter feito um mau uso da teoria de Winnicott. Isso porque, para mim, desconfiar da possibilidade de um encontro entre dois sujeitos na clínica é algo absolutamente necessário para não cairmos em um falso encontro (muito diferente da distinção winnicottiana entre realidade e ilusão).

Nos dois parágrafos acima tentei explicar minhas opções teóricas, mas ainda não citei a explicação propriamente psicanalítica para essas escolhas, que é a que se dá no mundo da transferência. Esta, se por um lado é o que permite não só a clínica como a construção teórica – como veremos nos ensaios que se seguem – por outro nos cega, nos dá certezas sobre as quais não nos questionamos. Por isso a importância de buscar o que pensamos quando lemos determinado autor. Como explicar que comecei a ler Lacan sem experiência clínica? Já era um dado de transferência: meu pai havia feito uma análise lacaniana.

Sendo assim, retomei minha pesquisa de outro ponto: *como o psicanalista, que além de ser afetado por transferências as reconhece, estuda a teoria? Qual é o estatuto da teoria para a psicanálise, já que nela cabem tantos autores diferentes? O rigor teórico estaria em conhecer bem uma determinada teoria e ser fiel a ela? Ou haveria um rigor psicanalítico que se distanciaria de uma coerência teórica e de uma lógica clássica que levasse em conta apenas afirmações não contraditórias?* Resolvi estudar então a especificidade teórica da psicanálise e como isso afeta a maneira dos psicanalistas estudarem a teoria.

1 – Breves considerações sobre a epistemologia da psicanálise

Há um debate epistemológico acerca de qual lugar caberia à psicanálise no campo do saber. Uma coisa é certa, no entanto, ela coloca problemas de ordem epistemológica tanto para os modelos científicos quanto para as artes da interpretação, a chamada hermenêutica (GRANGER, 1967; HANLY, 1995, AHUMADA, 1999; FIGUEIREDO, 2003). Sobre este debate muito já se produziu e tentarei fazer um breve resumo da posição adotada por alguns autores, que foram usados na dissertação, a esse respeito.

Granger (1967), epistemólogo francês, se debruçou sobre as ciências do homem para tentar dar conta de como seria uma ciência desses fenômenos, diferentes dos encontrados nas ciências naturais. Ele parte da questão de como abarcar o fenômeno individual, sem, no entanto, perder a possibilidade de um conhecimento científico – necessariamente universal. Em sua busca pelo pensamento científico do individual, Granger acha que a Psicanálise, por estar implicada na clínica, tem condições de colocar as questões mais pertinentes tanto à ciência como à arte:

Esponaneamente, a situação clínica é vivida segundo o modo mágico e mítico da comunicação. O problema epistemológico capital é explicar como esta situação se pode desenvolver num âmbito de autêntico conhecimento, sem degenerar numa técnica bruta de objetivação mecânica, nem numa prática encantatória. (GRANGER, 1967, pp. 141-2)

Para ele, a ciência faz o movimento de afastar-se do real para decodificá-lo, e a clínica seria o encontro da ciência com o homem concreto. Além disso, a clínica psicanalítica – tratada aqui como ciência humana clínica paradigmática – teria o desafio teórico de relacionar o vivido e o conceitual.

A solução da Psicanálise para este dilema não seria partir de operações indutivas, que enxergam o individual como desviante, já que o conhecimento clínico visa o individual como tal. Nem abandoná-la à arte, mas precisar

(...) a relação do conceitual com o vivido, na perspectiva clínica (...) pela elaboração, sob a forma de modelo, da situação do par analítico: assim se encontram dialetizados o absoluto e o imediato do individual. (GRANGER, 1967, p. 149)

Além da conceituação do par analítico, Granger chama a atenção para a problemática da linguagem. Nesse quesito critica um texto do primeiro Lacan (“Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise”, de 1953) em que este a coloca com função de revelação e não de comunicação. Isto levaria a um fechamento completo do individual sobre si mesmo, além de “fechar à Psicanálise o caminho de um conhecimento conceitual” (GRANGER, 1967, p. 149). Isso contraria a primeira tese de Granger – a do par analítico – para aproximá-la de uma ciência. A linguagem, nesse sentido, não seria instrumento de comunicação, mas substância da própria autonomia do sujeito. Para Granger “se este fosse o sentido e o alcance essencial da situação clínica em Psicanálise” (GRANGER, 1967, p. 150) estaria muito próximo da magia, com a linguagem tendo um poder encantatório. Se voltarmos à função informacional da linguagem poderíamos buscar um *novo desenvolvimento* dessa noção informacional baseada na investigação do par analítico.

Granger, em clara assunção estruturalista, acha que essa investigação levaria a uma nova disciplina que

(...) deveria tender a esclarecer as relações que permanecem obscuras do verbalizado e do formulado. A clínica psicanalítica põe o problema; é a conjunção do lingüista, do psicólogo e, sem dúvida, do cibernético, que pode esclarecê-lo. Os progressos recentes da lingüística encontram-se assim naturalmente colocados numa posição privilegiada, dominando vários setores importantes do programa epistemológico, cujos traços vemos, pouco a pouco, tornarem-se mais nítidos. (GRANGER, 1967, p. 151)

No fim e ao cabo, para o ideal científico dar conta do individual é preciso que ele se flexibilize, para então abarcar a situação clínica. No entanto, o conhecimento clínico não pode ser a única fonte da ciência dos fatos humanos, já que nele se lida com o individual na forma de uma arte clínica, irreduzível a uma teoria.

É digno de nota que Granger considere a construção teórica da Psicanálise aquém do que se desejaria para uma teoria científica. Ele afirma que sua concepção energética do aparelho psíquico é muito próxima da estruturação energética das ciências naturais. Granger propõe então separar essa estruturação energética da Psicanálise (que ele denomina infraestrutura) da estrutura informacional dela (superestrutura) apenas com o intuito de melhor investigá-las. Este seria um problema autêntico colocado pela Psicanálise à ciência e à hermenêutica: a questão da linguagem versus a questão energética. E a resposta de Granger a ela seria essa divisão em que um nível não seria epifenômeno do outro, mas permitiria explorar as relações entre eles.

Como fica claro a partir desses últimos parágrafos, Granger acredita que com algumas modificações no ideal científico e na própria Psicanálise, seria possível a esta aceder à posição de ciência. No entanto, chama a atenção em seu texto a pouca atenção dada por ele à descoberta do inconsciente e sua lógica própria. Além disso, ele não se detém na existência das várias linhas teóricas da Psicanálise, já que espera que surja uma teoria científica única.

Ahumada (1999), teórico interno ao campo da Psicanálise, coloca-se ao lado de Granger quanto à tentativa de inserir a Psicanálise no campo das ciências, desde que se alargassem os domínios do que é considerado científico. No entanto, faz essa tentativa a partir da descoberta do inconsciente, que influenciaria a própria teoria psicanalítica. Para ele, autores que pretendem ver a Psicanálise apenas como uma hermenêutica, como Viderman ou Ricoeur causam um retrocesso no conhecimento já acumulado em nossa disciplina. Sua abordagem baseia-se em autores como Matte-Blanco e Gregory Bateson. Ambos, de forma diferente, tentam enxergar qual a lógica própria que comanda/permeia tanto o inconsciente quanto a teoria psicanalítica.

Para fundamentar sua abordagem científica da Psicanálise, Ahumada (1999) afirma que o grande trunfo desta disciplina é o seu método, baseado na lógica do inconsciente. Este

só seria transmissível a partir da experiência de análise. Se o método é respeitado, surgirão questões da clínica que levarão a momentos criativos na teoria. De certa forma, ele também percebe que a clínica (com seu método) é o que coloca a Psicanálise em campo tão complexo. Para ele, a origem da Psicanálise não teria sido a ciência positivista do século XIX, mas a tradição empírica hipocrática que nunca teria tido a pretensão de univocidade, já que seu princípio seria a anamnese do paciente e a semiologia dos seus sintomas.

Segundo Ahumada (1999), não faltam tentativas de articular nosso campo em torno de matrizes formais. Por um lado, a tentativa lacaniana de articulá-lo à lingüística Saussureana; por outro, as tentativas de articular o campo psicanalítico ao uso de instrumentos lógicos informais, como fizeram Richfield, Money-Kyrle, Bion e sua aproximação “ao emprego informal de modelos matemáticos”; além de Matte-Blanco, com sua tentativa de estudar o inconsciente e em menor grau a técnica psicanalítica “com base na teoria dos conjuntos, na lógica simbólica e na geometria de múltiplas dimensões” (AHUMADA, 1999, p. 38). Esta última articulação é a preferida por Ahumada. Seria ao estudar a lógica do inconsciente, que é contrária ao princípio da não contradição da lógica clássica, que se desenvolveria a possibilidade de uma nova epistemologia que abarcasse nossa disciplina.

Ainda seguindo as idéias de Ahumada (1999), este autor nos diz que os psicanalistas citados no parágrafo anterior foram precedidos por epistemólogos que já propunham uma nova base metodológica para a ciência. Assim, o campo filosófico já estava aberto a estas tentativas psicanalíticas de uma nova formalização para a teoria. Ahumada (1999) exemplifica seu raciocínio citando Peirce – estudioso das ciências do final do século XVIII e começo do XIX – e Lakatos – filósofo e matemático que confrontou as teorias sobre a ciência de Karl Popper. Ambos teriam sido inspirados por uma tradição indicial que seria o *falibilismo metodológico*:

No falibilismo metodológico, nem a aceitação nem a refutação de hipóteses tem caráter de *prova*: Lakatos (1967, p. 107) é bem preciso quanto a que nas

ciências empíricas o conceito de ‘prova’ se restringirá, em todo caso, às teorias formalizadas cujos instrumentos estão prescritos pela sintaxe da teoria, tal como se supunha ocorrer na geometria euclidiana. (AHUMADA, 1999, p. 41)

A partir desses autores que tentaram pensar uma nova forma de se fazer ciência, Ahumada (1999) propõe que a lógica presente no método psicanalítico basear-se-ia na indução, o que garantiria, para ele – contrariamente a Granger –, a consideração da singularidade de cada sujeito. Além disso, a natureza paradoxal do *insight* que ocorre na clínica teria que ser abarcada em uma nova proposta de epistemologia.

Uma outra forma de encarar essa discussão sobre a cientificidade da Psicanálise é a levado a cabo por Charles Hanly (1995). Ele aborda essa questão a partir da investigação acerca de qual conceito de verdade estaria subjacente à teoria psicanalítica: verdade por correspondência ou verdade por coerência. A primeira seria a base do pensamento científico e a segunda fundamentaria a hermenêutica.

A premissa epistemológica que está por trás da verdade por correspondência é a de que nossos sentidos têm a capacidade de formar uma percepção mais ou menos correta da realidade, além de serem relativamente independentes das teorias defendidas por quem faz a observação. Para Hanly (1995), é essa conceituação de verdade que está na base da constituição do sujeito freudiano: desde a entrada no princípio da realidade até a passagem pelo complexo de Édipo, o que o sujeito faria seria aprimorar suas possibilidades de avaliar a realidade.

No entanto, Hanly (1995) afirma que a verdade por coerência – que abandona a busca pelos objetos em si, já que estes seriam frutos das teorias – também é usada por Freud quando faz uso de *construções* na clínica, mas sempre como um critério necessário e não suficiente de verdade. De fato, para uma *construção* produzir efeitos ela teria que agir sobre a base pulsional do sujeito e não só em sua consciência compreensiva.

Este seria um problema das teorias que adotam a idéia de verdade por coerência: não considerar a força pulsional. São esses impulsos que determinam as transferências e as resistências que influem na maneira de se compreender. Em suas palavras:

As idéias de elaboração de padrões, de observação limitada pela teoria e similares podem servir como racionalizações para resistência contratransferencial às ameaças postas pelos impulsos, isto é, pelo inconsciente instintivo. As teorias psicanalíticas que repudiam os impulsos tendem a adotar a coerência como um conceito de verdade. (HANLY, 1995, p. 36)

Além disso, a coerência de uma teoria não serviria como defesa contra seus críticos, já que duas teorias podem descrever coerentemente a mesma realidade. Se duas teorias descrevem coerentemente, mas de modo diverso, um mesmo objeto, isso desafia o princípio da identidade, que é um princípio elementar da lógica clássica. Isto é: uma coisa não pode ser tanto o que é quanto o que não é. No mais, isso resultaria em um solipsismo teórico, o que tornaria dispensável e infecunda qualquer discussão entre teorias diferentes.

No entanto, como este autor bem observa, o estado atual da teoria psicanalítica, com teorias diversas atuando dentro do mesmo campo, dá apoio à idéia de que a verdade por coerência é a que determina o espectro do que é chamado de Psicanálise. Mas para Hanly (1995), sempre haveria a possibilidade de se atingir uma percepção verdadeira. Quando isso não ocorre é por impossibilidades empíricas, físicas ou psicológicas, nunca epistemológicas.

Vemos então que, no fim e ao cabo, a Psicanálise precisaria de uma nova concepção de ciência (conforme GRANGER, 1967; AHUMADA, 1999), uma nova lógica (conforme GRANGER, 1967; AHUMADA, 1999; HANLY, 1995) e talvez, até, uma outra forma de conceber o conceito de verdade (HANLY, 1995).

Figueiredo (2003), em seus estudos epistemológicos da Psicanálise, propõe uma outra maneira de enquadrá-la, desenquadrando-a, no campo do saber. Sua proposta, a meu ver, permite que nos aprofundemos nas motivações das regras próprias ao campo psicanalítico. Segundo ele, um dos primeiros desafios encontrados na elaboração dos textos psicanalíticos é

a complexa tentativa de compreender o fenômeno humano, já supondo nele o complicador teórico que é o inconsciente. Este nos faz supor que o fenômeno humano tenha em si um desconhecimento constitutivo, portanto nunca completamente apreensível por qualquer explicação. Uma explicação que explique tudo, nega o fenômeno. Isso porque: “(...) para a psicanálise, a *função do desconhecimento* é exatamente o essencial. Isso caracteriza o pensamento psicanalítico, distinguindo-o de todos os demais.” (FIGUEIREDO, 2003, p. 109)

Também por conta disso, Figueiredo (2003) coloca a Psicanálise como um enclave no campo teórico, já bastante complexo, da psicologia:

(...) tanto na compreensão do campo obtida a partir das matrizes psicológicas, quanto na compreensão alcançada a partir daquilo que eu fui elaborando em “A Invenção do Psicológico”, a Psicanálise sempre ficava numa posição realmente esquisita. Ela ficava numa relação, que, ao mesmo tempo, era de *grande pertinência* e de *grande impertinência* no contexto da cultura e, em especial, da cultura psi. É assim que uma certa noção de enclave vai se tornando necessária. (FIGUEIREDO, 2003, p. 104, grifos do autor)

Conforme a explicação do autor, enclave é algo que está cravado no seio de um terreno inimigo. Está dentro, mas é estranho.

Retomando rapidamente a sistematização do campo psicológico feita em *Matrizes do Pensamento Psicológico* (FIGUEIREDO, 1991), ele afirma que este campo se dividiria em três grandes linhas teóricas que geram várias Psicologias. A *matriz cientificista*, que vê o objeto da psicologia como fenômeno natural, controlável e previsível; a *matriz romântica*, que vê o mesmo objeto como fenômeno expressivo, ou seja, o que seria característico do humano seria da ordem da criatividade, do imponderável e da comunicação; e a *matriz pós-romântica*, que apesar de enxergar a experiência humana de uma forma parecida com a das matrizes românticas, encontra nas formas de expressão uma lógica interna, que permitiria criar métodos mais seguros para interpretá-las. Portanto, a Psicanálise estaria, de certa maneira, dentro e fora dos três campos.

Ao não optar, no dilema psicológico, entre conseguir abarcar o fenômeno (matrizes científicas) mas perder sua especificidade, ou ficar com a inevitável imponderabilidade deste, mas abrir mão de um método para investigá-lo (matrizes românticas), porém sem almejar uma solução que atendesse as duas matrizes como as pós-românticas fazem, a Psicanálise estaria fundando um lugar (se é que se pode chamar assim algo tão *sem lugar*) paradoxal, no qual tenta se desenvolver. É importante diferenciar o “não lugar” da Psicanálise das tentativas feitas pelas psicologias pós-românticas: estas tentam resolver o dilema ficando com o melhor de dois mundos, já a Psicanálise não. O dilema não morre, pelo contrário, faz parte do objeto de estudo. A Psicanálise, apesar de possuir um método interpretativo, está sempre questionando-o como se, de fato, duvidasse da existência de um método que desse conta do fenômeno a ser interpretado. Como veremos no segundo ensaio, essa dúvida se materializa na maneira como Freud escreveu a teoria psicanalítica.

Dentro da Psicanálise, há autores que se encaixariam melhor em uma ou outra matriz, o que, ao comprovar a tese do enclave, testemunha sobre a complexidade do campo psicanalítico. Dentre estes autores poderíamos pensar naqueles que suscitaram inicialmente esse estudo: Winnicott tem uma clara opção romântica, valorizando a criatividade, a tendência ao desenvolvimento, o manejo clínico e a pessoa do analista; já Lacan e sua busca por um método eficiente que anule as impurezas da pessoa do analista, sua proximidade da lingüística estrutural de Saussure, e sua paixão por fórmulas que dêem conta do fenômeno humano, estaria situado na matriz pós-romântica. Ambos estão no campo psicanalítico e tentam resolver a dificuldade do *não-lugar*. Ao optar por qualquer uma das teorias e excluir totalmente a outra, se estaria achatando, empobrecendo a grandeza de um campo que pretende abarcar tudo e, ao mesmo tempo, nada completamente.

Debruçando-se sobre as teorias acerca das relações intersubjetivas, constituintes do sujeito para a Psicanálise, Coelho Jr. e Figueiredo (2003) explicitam que não há uma única

forma de conceber essas relações. Estas se dão tanto em encontros absolutos quanto em desencontros traumáticos, conforme os autores ou teorias que sobre elas discorram. Segundo os autores do artigo, nenhuma relação concreta, entre duas pessoas, pode ou deve fixar-se em apenas um modelo de relação intersubjetiva. Em suas palavras: “(...) as matrizes intersubjetivas indicam dimensões de alteridade que nunca ocupam de forma pura e exclusiva o campo das experiências humanas.” (COELHO JR. e FIGUEIREDO, 2003, p. 9)

Sigamos com eles: Coelho Jr. e Figueiredo (2003) afirmam que existem quatro figuras da intersubjetividade na constituição subjetiva: a transubjetiva, a traumática, a interpessoal e a intrapsíquica. Falaremos inicialmente das três primeiras, seguindo o que Figueiredo fez em texto de 2006.

Na matriz transubjetiva o que está em relevo é o campo de uma alteridade original do qual a subjetividade emergirá. Campo materno, acolhedor, de onde a subjetividade surgirá a partir de uma inclusão primordial. Em um tipo de relação assim o risco é o engolfamento, o não conseguir se singularizar. Na matriz traumática, o encontro com o outro, além de inevitável para a constituição da subjetividade, será sempre traumático. O outro não é assimilável sem trabalho e dor, e mesmo assim, nunca é passível de uma elaboração completa. A terceira e última matriz é a interpessoal: na qual a função do espelhamento é a principal, já existem dois sujeitos separados, mas que só juntos poderão fazer emergir suas singularidades e seus sentidos.

A quarta matriz é composta pela introjeção dessas três modalidades de relações intersubjetivas que constituem o sujeito. No entanto:

Embora esses objetos ‘internos’ possam ter tido, em algum momento da vida do sujeito, seu correlato ‘externo’, real (no sentido empírico), não é a partir dessas possíveis referências externas que sua efetividade se verifica, já que, como objetos internos, *passam a observar leis e funcionamentos peculiares e desconhecidos no mundo externo.* (FIGUEIREDO, 2006, p. 23, grifos do autor)

Ou seja, as relações vividas intersubjetivamente estarão modificadas por leis próprias da singularidade daquele sujeito que as internalizou, o que faz com que cada sujeito viva e explique a experiência de uma determinada maneira.

Segundo Figueiredo (2006), a atividade de fazer sentido é a mais primordial da experiência humana, e é também o objetivo da Psicanálise. Este sentido só pode se realizar em encontros intersubjetivos, que sempre seguirão um desses modelos. Ou seja, às vezes o encontro com o outro é mais traumático, às vezes é mais acolhedor, às vezes é mais fraterno. Sem um equilíbrio entre esses modos de funcionamento, o psiquismo estanca o processo de fazer sentido.

Os vários autores, psicanalistas ou filósofos, apresentados por Coelho Jr. e Figueiredo (2003), se dedicaram a pensar um dos tipos de figura de intersubjetividade. Na clínica, no entanto, valorizar apenas uma delas seria prejudicial. Naturalmente isto nos coloca diante de um problema teórico: como lidar com o fato de que apenas uma concepção de intersubjetividade não dará conta de relações concretas entre duas pessoas? Como lidar teoricamente com a situação clínica que exige o uso de teorias conflitantes, já que na relação analítica as figuras de intersubjetividade se alternam, necessariamente, no processo de buscar sentidos?

Mais uma vez, aí está a clínica a colocar problemas para a teorização psicanalítica. Granger (1967) enxergou-a assim por estar muito próxima da arte, enquanto a teoria exigiria uma formalização. Ahumada (1999) aponta como o método psicanalítico deveria ser investigado a partir de sua lógica própria que não permitiria que a ciência clássica abarcasse a Psicanálise. Outra questão que a clínica levanta à teorização é expressa por Granger e Hanly (1995) quanto à dificuldade de conciliar o ponto de vista energético e o ponto de vista da linguagem.

É a partir desse panorama problemático que minha dissertação se desenvolverá: Haveria uma especificidade da teoria clínica que buscasse abarcar o fenômeno humano de forma mais abrangente? Como contemplar a lógica própria ao inconsciente sem incorrer em atitudes encantatórias, como temia Granger? Seria realmente necessário formalizar a teoria para transmitir a Psicanálise? Ou essa formalização, na realidade, impediria sua transmissão e até seu exercício?

2 - A Especificidade da Escrita Psicanalítica

Patrick Mahony, estudioso americano do discurso freudiano, apresenta idéias que descrevem o que seria um modo psicanalítico de escrita. Este já teria se iniciado com Freud, que usaria principalmente de dois modos de discurso: o dogmático e o genético. No primeiro, Freud apresenta textos formais, com o objetivo de expor fatos e “não compelir à crença ou convicção”, com princípios apresentados de forma sintética e acabada. Tais textos dão a impressão de que o leitor está diante de um todo fechado em si mesmo, diante um texto acabado. Este tipo de discurso não estaria inovando em nada a maneira de se apresentar uma teoria científica. (MAHONY, 1990)

No discurso genético, no entanto, Freud apresentaria toda a sua ousadia e a novidade psicanalítica, ou seja, seria um discurso em que o inconsciente já estaria presentificado. Mahony (1990) recorta de cartas a Fliess confissões em que Freud diz começar a escrever um parágrafo do livro dos sonhos sem saber como ele terminaria. Freud teria ainda um estilo genético privado e um estilo genético público. Neste, Freud reconstruía seu próprio raciocínio para que o leitor o acompanhasse de forma a melhor convencê-lo de seu ponto de vista, já levando em conta as resistências inconscientes que poderiam ser suscitadas na platéia. Já no discurso genético privado ele efetivamente exploraria os processos de pensamento em

andamento, o que lembra a livre associação, sempre buscando descobrir o que de fato pensa. Este tipo de escrita, ainda segundo Mahony (1992), **produz** conhecimento ao invés de só descrevê-lo. Em seus textos, Freud fazia uma combinação entre esses dois estilos.

Caracteristicamente estruturado de maneira fragmentária, e não de maneira abrangente, o estilo de Freud adaptava-se flexivelmente à psicanálise como ciência em crescimento, ao inconsciente como sendo fundamentalmente incognoscível, e à própria linguagem verbal, que consegue apenas aproximar-se das imensas complexidades da vida inconsciente. É por isso que Freud costumava utilizar definições flexíveis. Também é por isso que ele preferia utilizar termos vigorosos, termos do cotidiano, extraídos de sua própria língua alemã viva (...) (MAHONY, 1990, p. 30)

Um discurso como o de Freud, descrito por Mahony (1990) como “estruturado de maneira fragmentária” e utilizando “termos do cotidiano” ao invés de conceitos assépticos – como aliás tornaram-se os termos Ego, Id e Superego desde a tradução inglesa de Strachey – afasta-se do que costuma se apresentar como uma teoria científica. No entanto, como também afirma Mahony (1990), é a única maneira de ser fiel ao incognoscível próprio ao inconsciente. Ou seja, para fazer teoria em Psicanálise é necessário que se crie uma nova forma de se pensar a teoria e, mais que isso, de se pensar a ciência ou a forma de se produzir conhecimento.

Ao pensar na maneira como escrevi esta dissertação deparei-me com essa forma própria de teorizar. Pois foi ao escrever o que me vinha à mente, muitas vezes idéias que estavam fora da arquitetura original do ensaio, que pude desenvolver o texto. Como vocês verão, principalmente no segundo ensaio, associações livres me assaltaram e foram incorporadas de forma que, eu espero, tenham enriquecido o texto.

Além disso, uma outra especificidade da feitura desta dissertação está na forma como ela foi se construindo. Depois de delineada a questão que me interessava passei a escrever textos, que foram a base dos que apresento aqui, em que buscava entender o que eu pensava sobre tal assunto. Busquei autores com os quais eu me identificava, não investiguei, a princípio, o campo psicanalítico inteiro. Assim, fui lendo por associação, só o que fazia

sentido junto a minha experiência. Depois da qualificação, e só aí, voltei ao campo para ler autores que defendiam outras posições teóricas. Seria esse um procedimento acadêmico? Não sei, mas psicanalítico, com certeza. Ahumada (1999), que foi um desses autores que li após ter um raciocínio desenvolvido, recomenda que nunca se comece um trabalho psicanalítico por uma revisão bibliográfica, já que isso afastaria o trabalho inconsciente da tarefa de escrita do texto.

3 - Plano da Dissertação

A dissertação que ora se apresenta consta de dois ensaios em torno da relação entre o psicanalista e suas teorias. Não há uma relação causal ou de continuidade entre eles. Ambos, no entanto, foram escritos a partir do questionamento acerca do estatuto da teoria para a Psicanálise.

No primeiro ensaio, “Teoria e sociedades psicanalíticas - A formação do psicanalista”, revisito a história do movimento psicanalítico com o intuito de investigar o que motivou suas dissensões. Para refletir sobre isso faço um uso alargado do conceito de transferência (originalmente criado para dar conta do que ocorria dentro da relação analítica) e de seus efeitos nas associações de psicanalistas. A hipótese que subjaz a essa abordagem é que a transferência coloca problemas tanto para a formação do profissional psicanalista quanto para a identidade de cada psicanalista formado (já que uma coisa não se separa da outra, como tentarei defender no decorrer de meu texto).

No segundo ensaio, “O psicanalista e as teorias psicanalíticas”, debruço-me propriamente sobre a especificidade da teoria psicanalítica, a partir da leitura de autores não psicanalistas e de autores internos ao campo da Psicanálise. Abordo o próprio da trama teórica

dos textos psicanalíticos, sua relação com a prática e como esta influencia e é influenciada pela teoria.

Já nas “Considerações finais”, além de pretender fazer uma síntese dos principais pontos desenvolvidos nos dois primeiros textos, trago exemplos de como o inconsciente se apresenta durante a atividade de teorização, trabalhando lado a lado com a racionalidade do psicanalista.

1 - Teoria e Sociedades Psicanalíticas - A Formação do Psicanalista

No fundo, é quando ela se reconhece como gangue de matadores, como agrupamento de doidos ou, com Freud, como 'horda selvagem', que uma sociedade psicanalítica toma a única forma que lhe convém, a única imagem que ela possa sustentar sem desmentir a Psicanálise. Para os efeitos da Psicanálise, se eles são buscados, todo agrupamento de psicanalistas traz em si o princípio de sua desagregação. Sua estabilidade e seu bom funcionamento provariam inversamente que ele se instala no esquecimento da descoberta freudiana. Neste sentido, a Psicanálise é profundamente a-social, e falar de sociedade psicanalítica é uma contradição nestes termos." (Roustang, 1987)

Este trabalho pretende investigar como o psicanalista lê, aprende e se relaciona com a teoria psicanalítica. Essa leitura é constituinte do "ser psicanalista". Assim, o eixo de referência desse texto é a questão da identidade do psicanalista. Como esta se formaria? Complexificando a questão: o que é uma identidade psicanalítica? Não podemos esquecer que a noção de identidade é questionada pela própria psicanálise.

Como as associações de psicanalistas surgiram praticamente junto com o nascimento da teoria psicanalítica, pretendo levantar questões referentes à constituição do analista nessas instituições. Ou seja, pretendo discutir as condições de "transmissão" da psicanálise: implicada nas relações transferenciais e na possibilidade ou não de formalização da nossa teoria

Este texto procura mesclar reflexões e alguns fatos históricos que suscitaram tais pensamentos.

1. 1 - Reflexões iniciais

A questão mobilizadora desta pesquisa surgiu, para mim, em um momento da história psicanalítica em que já se tem uma clara idéia de qual deve ser a base da formação do psicanalista. Também já são bastante conhecidos os conflitos (ou falta deles) resultantes de uma intolerância à diferença, presentes nas várias associações surgidas no decorrer da história do movimento psicanalítico. No entanto, o tripé análise-supervisão-teoria é aceito por todas as escolas psicanalíticas, por mais diferentes que sejam suas concepções teóricas ou sua organização institucional. Mas nem sempre foi assim.

No início, no período do “esplêndido isolamento”, a Psicanálise baseava-se apenas em Freud (FREUD, 1914a/1968). Apenas ele escrevia a teoria, realizava sua auto-análise e atendia pacientes dentro dessa disciplina. Nesse momento, obviamente, não se colocava ainda a questão da formação. Em um segundo momento, nas Sociedades Psicológicas das Quartas-feiras, havia um grupo que se reunia para discutir textos ou casos escritos por eles próprios, e todos eram obrigados a manifestar sua opinião sobre a apresentação alheia (ROUDINESCO, 1986). Nesse grupo, apenas um dos membros havia sido analisado por Freud – Stekel –, ou seja, ainda não se julgava necessária a análise pessoal (GAY, 1989). Esse foi o berço da Sociedade Psicanalítica de Viena, que originou em seguida a IPA (International Psychoanalytical Association).

No fim da vida de Freud a questão da formação psicanalítica vem para a ordem do dia, já que o número de pessoas interessadas nessa disciplina cresce consideravelmente. Aí surge a obrigatoriedade da análise didática e o estatuto da teoria fica mais complexo. Vale (2003) afirma que o fato da análise didática ter se tornado obrigatória a partir de 1925 demonstra claramente que se percebia que o conhecimento teórico não é suficiente para a transmissão da psicanálise. A potência do acontecimento psicanalítico se dava na análise, e os textos psicanalíticos “não tinham o poder de modificar a opinião dos leitores” (VALE, 2003, p. 31), já que não atingiam, necessariamente, o inconsciente do leitor. No entanto, se o poder da teoria só se realiza na “potência do acontecimento psicanalítico” (potência advinda da experimentação da transferência e da análise da mesma) as associações psicanalíticas não seriam espaços apenas para trocas teóricas, seriam também obrigadas a abarcar o fenômeno transferencial. Veremos que é na dificuldade e, às vezes, na falta de vontade de lidar com a transferência, que as sociedades se complicam.

Na história do movimento psicanalítico, na qual se deram esses questionamentos referentes à formação, ocorreram grandes transformações desde os “tempos heróicos”

(FERENCZI, 1911 **apud** ROUDINESCO & PLON, 1997) da fundação do campo psicanalítico (de 1896 a 1907); passando à defesa da ortodoxia psicanalítica através da IPA, junto com seus primeiros conflitos teóricos-transferenciais explícitos e suas expulsões; até o momento atual, em que a IPA não é a única opção de formação para os psicanalistas. Essas mudanças atestam o paradoxo inerente à formação do psicanalista e às associações psicanalíticas. Se por um lado tais associações têm objetivos sociais muitas vezes alcançados (regulamentar a profissão, procurar aceitação no meio científico), por outro, essas instituições perdem sua especificidade psicanalítica, já que a própria psicanálise coloca em xeque as noções de identidade e de associação, como veremos no decorrer do texto.

Para percorrermos esta história usarei dois operadores, dois conceitos psicanalíticos que podem ajudar a analisar alguns fenômenos que vêm ocorrendo nas instituições psicanalíticas desde o início. São eles: a *resistência* que a psicanálise provoca, e a *transferência* que se estabelece no psicanalista em relação à teoria e aos seus pares no decorrer de sua formação. Ambos os conceitos estão presentes desde o nascimento da teoria psicanalítica na sua “novidade epistemológica”. É justamente por conta desses dois conceitos que não se pode pensar na teoria psicanalítica apenas como uma teoria filosófica ou científica.

Fédida (1978) afirma que a Psicanálise inaugura uma nova epistemologia a partir da descoberta da transferência. É o advento da transferência que impede que a objetividade científica prevaleça na Psicanálise, por isso Freud teria resistido a reconhecê-la até o Caso Dora¹. A transferência teria sido um obstáculo epistemológico, como descrito por Bachelard, e que só pôde originar um novo campo epistemológico após ter sido reconhecido e incorporado neste campo. Assim, é pela descoberta da transferência que a teoria freudiana torna-se efetivamente psicanalítica. Nas palavras de Fédida (1978):

¹ Não esqueçamos que Freud só publicou este caso em 1905, mesmo ele tendo sido atendido em 1901, o que fortalece a tese de que ele resistiu a apresentar ao público (talvez também a si próprio) o conceito de transferência.

Transferência e resistência são, desde então, indissolivelmente ligadas segundo uma conexão interna que é engajada como ‘momento’ da *descoberta* da psicanálise e ato constitutivo da *teoria* não mais ‘científica’, mas propriamente *psicanalítica*. (FÉDIDA, 1978, p. 287, grifos do autor)²

Como se vê, transferência e resistência caminharam juntas desde o início, definindo o novo campo e inaugurando também uma nova forma de relacionamento com a teoria. Em 1914, Freud definiu o psicanalista como aquele que trabalhasse a partir desses dois conceitos. Apesar de sua afirmação referir-se à prática clínica da psicanálise, ela já demonstra a percepção de que ambos os conceitos inauguravam uma novidade, que é a que Fédida chama de “novidade epistemológica”.

Roudinesco (1986), na mesma linha de argumentação, afirma que Freud inicia uma nova forma de pensar a epistemologia quando postula que algumas descobertas teóricas suscitam resistências inconscientes que fazem com que sejam negadas, sem que algum argumento intelectual baseie sua crítica:

Do ponto de vista epistemológico, a introdução desse conceito [a resistência], a partir de 1896, autorizou uma nova compreensão do nascimento e evolução de uma doutrina a partir de seus efeitos negativos. (...) que consistia em mostrar que a oposição encontrada por uma nova doutrina era sintoma de seu progresso atuante. Se cada grande descoberta inflige ao homem uma humilhação narcísica, a resistência que lhe é manifestada testemunha seu efeito de verdade: é o sinal ‘em negativo’ de sua ação inconsciente. (ROUDINESCO, 1986, p. 135)

Essa formulação, mais uma vez, toca no estatuto específico da teoria na psicanálise e na dificuldade de avaliar sua validade.

No entanto, os conflitos transferenciais estabelecidos dentro do próprio campo psicanalítico se aproveitaram dessa dificuldade, como veremos na relação de Jung e Freud: Jung foi aceitando as incumbências de “príncipe herdeiro” que Freud lhe colocava e, para as quais, obviamente, precisaria haver uma concordância teórica – o que não havia. O mesmo ocorria com Freud, que parecia minorar a importância das diferenças teóricas em relação à

² No original francês: “*Transfert et résistance* sont, dès lors, indissolublement liés selon une connexion interne que est engagée comme ‘moment’ de *découverte* de La psychanalyse et acte constitutif de la *théorie* non plus ‘scientifique’ mais bien propriament *analytique*.”

centralidade da sexualidade para a psicanálise que Jung propunha, sugerindo dever-se a resistências pessoais de Jung.

A resistência provocada pela psicanálise nos meios acadêmicos justificava a importância da IPA, que tinha como função proteger uma especificidade da psicanálise, uma diferença. Essa resistência devia-se também a essa própria especificidade, qual seja: a descoberta do inconsciente e as feridas narcísicas que ela inaugura ao retirar do homem a ilusão de que é senhor de si mesmo e do ideal de pureza da infância (em decorrência da descoberta da sexualidade infantil). No entanto, e isso talvez não fosse esperado pelos primeiros psicanalistas, essa resistência também age no interior das sociedades psicanalíticas, já que, idealizações à parte, somos feitos do mesmo barro narcísico dos cientistas positivistas. Assim, por causa da resistência que a psicanálise suscita nos próprios psicanalistas, as associações psicanalíticas, sob o modelo da IPA, tendem a se erigir como fortalezas narcísicas, onde o narcisismo de cada um fica confortavelmente protegido do confronto com o questionamento e com a alteridade³. Fica defendido, sobretudo, daquilo que é para o narcisismo uma grande ameaça: a abertura – de sentidos, dos contornos, de porvir – que supõe a abertura ao outro, ao diferente. Resultado: perde-se a diferença psicanalítica novamente.

É com esse dilema que a história do movimento psicanalítico vem se deparando: como proteger a psicanálise (dos ataques de fora do campo e dos ataques de dentro do mesmo campo) e, ao mesmo tempo, permitir que ela se desenvolva? Como lidar com as novas idéias e com as paixões transferenciais surgidas entre os psicanalistas? As primeiras grandes deserções e expulsões se deveram, entre outras coisas, à dificuldade de alguns discípulos assumirem a radicalidade das teses psicanalíticas. Este é o caso, por exemplo, de Jung, que dessexualiza a libido (FREUD, 1914b) e de Adler, que se apegava a uma noção social e biológica da diferença dos sexos e acaba fazendo uma psicologia do ego (ROUDINESCO &

³ Como se verá no decorrer do texto, essa resistência dos psicanalistas à psicanálise pode ocorrer em qualquer associação, sendo a IPA citada neste momento por ser a primeira a se estabelecer como associação de psicanalistas.

PLON, 1997).⁴ Por outro lado, na contramão dessa defesa da especificidade psicanalítica, vários autores que inovaram foram expulsos ou isolados em suas próprias associações. Vide Lacan, excomungado, como ele gostava de dizer, em 1964, (ROUDINESCO, 1993) ou Winnicott, que foi “polidamente ignorado” por seus colegas da IPA (KAHN, 1993). Isso para ficarmos apenas nos autores que mobilizaram inicialmente o interesse para esta pesquisa. Ou seja, há diferenças teóricas que acabam em dissensões, como também há desenvolvimentos da teoria psicanalítica que terminam do mesmo modo, por conta do fenômeno resistencial.

Derrida (2004), filósofo que discute a psicanálise em vários textos no decorrer de sua obra, ressalta que mesmo os que vivem da psicanálise têm regiões de suas próprias vidas protegidas da descoberta dela: em algum lugar acreditamos na unidade e soberania do eu, da consciência, da autonomia. Essa seria uma das maneiras de retornarmos ao nosso narcisismo infantil⁵. E isso se reflete nas sociedades psicanalíticas. Para este autor, uma questão de suma importância problematizada pela psicanálise é a da responsabilidade. Nas palavras dele próprio:

Graças ao impulso do *pontapé inicial* freudiano, pode-se por exemplo relançar a questão da responsabilidade; em lugar de um sujeito consciente de si mesmo, respondendo soberanamente por si mesmo perante a lei, pode-se utilizar a idéia de um ‘sujeito’ dividido, diferenciado, que não seja reduzido a uma intencionalidade consciente e egológica. E de um ‘sujeito’ que instala progressivamente, laboriosamente, sempre imperfeitamente, as condições *estabilizadas* – quer dizer, não naturais, essencialmente e para sempre *instáveis* – de sua autonomia: sobre o fundo inesgotável e invencível de uma heteronomia. Freud nos ajuda a pôr em questão a tranqüila segurança da responsabilidade. (DERRIDA, 2004, p. 211)

Ou seja, a questão colocada é: como ser responsável se não podemos nos responsabilizar absolutamente por nós mesmos? Essa idéia questiona todos os modelos institucionais atuais –

⁴ Não se trata aqui de defender a Psicanálise como a única disciplina válida no campo do saber sobre o psiquismo. Trata-se, isso sim, de determinar o que faz parte deste campo múltiplo e o que está fora dele.

⁵ Freud, no texto *Introdução ao Narcisismo*, de 1914, postula um narcisismo primário ao qual o psiquismo é sempre tentado a retornar. Neste momento, o ego corresponderia exatamente ao ideal e não precisaria sofrer nenhum tipo de frustração. A inserção na cultura impõe várias limitações ao narcisismo da criança e do adulto no qual ela se transforma.

não só os da psicanálise – que são baseados na autonomia dos sujeitos. No entanto, esse questionamento não foi trazido para dentro das instituições psicanalíticas, que continuariam tentando funcionar como se fôssemos seres humanos autônomos, unos, bons, como queríamos no nosso ideal. Assim, o próprio formato de muitas das sociedades psicanalíticas, que também se pretendem soberanas e portadoras de **um** discurso legítimo, é fruto dessa tentativa de refazer uma unidade perdida após o conhecimento psicanalítico, é fruto, portanto, da resistência à psicanálise. Dessa forma, essas instituições acabariam se tornando inadequadas à própria disciplina psicanalítica. Para Derrida (2004), essa estratégia institucional foi inevitável no início do movimento psicanalítico – já que, como veremos, o principal objetivo da instituição era conquistar espaço na comunidade da época, o que foi realizado –, mas agora seria inadmissível.

O dinamismo da psique, da forma como ela é pensada pela psicanálise, sempre exposta a forças contrárias, é a base para pensarmos na resistência e em como ela age. Por isso, Derrida (2004) afirma que a partir da descoberta do inconsciente é necessária uma força contrária à da resistência, o tempo todo em ação, que reconduza tal descoberta ao primeiro plano. Ou seja, estaríamos resistindo ao tentar manter uma certa estabilidade e consciência onde ela, por definição, não pode estar. Roudinesco (2004), na mesma linha de raciocínio, afirma que a fragilidade do inconsciente está na possibilidade de ser banido a qualquer hora (como sua força está no seu aparecimento inadvertido) e contra isso é necessário *retornar* sempre à originalidade do gesto inaugural de Freud. Tentar *ultrapassar* Freud pode ser tentar enterrá-lo, por isso a importância da defesa da especificidade psicanalítica. Mas ao tentar dogmatizar a psicanálise, os psicanalistas também perdem esse gesto original.

Roudinesco (1986) também aborda a contradição existente entre a psicanálise e sua institucionalização. Para ela, a noção de liberdade é que concentra tal contradição:

A organização da primeira sociedade de psicanálise pôs em jogo essa dupla representação contraditória da noção de liberdade: segundo a regra

inconsciente, nenhum homem é senhor daquilo que diz ou faz. Segundo a regra da democracia social, ao contrário, ele nasce livre em seus atos e suas palavras; de um lado a *associação livre* atesta a impossibilidade de uma liberdade, e, do outro, a *livre associação* permite aos indivíduos se agruparem ou se separarem, conforme o desejem, em função de uma jurisdição baseada no princípio das liberdades democráticas.” (ROUDINESCO, 2004, p. 107)

A jurisdição que prevalece nas sociedades psicanalíticas, no mais das vezes, é a das liberdades democráticas e a da hierarquia, ignorando-se, assim, a existência do inconsciente e seus efeitos institucionais.

Sendo a transferência e a resistência indissociáveis uma da outra, já que sempre resistimos à descoberta daquela, a situação analítica (onde se analisa o encontro das duas) sempre esteve no centro das discussões psicanalíticas. Desde o início, a descoberta teórica da psicanálise foi acompanhada de uma análise pessoal, no caso de Freud de uma auto-análise. Assim, como ressalta Vale (2003):

Pensar numa teoria psicanalítica só é possível, a nosso ver, a partir de tal contato [com o inconsciente], o qual é privilegiado pela situação transferencial da análise pessoal. (VALE, 2003, p. 77)

A análise pessoal teria a capacidade de excluir esses conflitos institucionais e ainda permitir um desenvolvimento teórico? Mas como se daria essa análise?

No decorrer das primeiras décadas de institucionalização Freud passou a dar mais valor à percepção, que sempre tivera, da necessidade da análise para quem queria ser analista. Assim, por exemplo, indica uma análise a Ernest Jones antes dele se instalar em Londres e estabelecer a London Psychoanalytical Society (RODRIGUÉ, 1995). Em 1925, esta recomendação se torna oficial, juntamente com a obrigatoriedade da supervisão para todos os candidatos a analista (ROUDINESCO & PLON, 1997). No entanto, ao invés de tais atitudes resolverem as questões institucionais, as amarras transferenciais passaram a dar o tom das sociedades psicanalíticas. As implicações de se fazer análise com pessoas que serão seus

professores nos institutos de formação, às quais, além disso, caberá avaliar sua candidatura, permeiam tanto os litígios psicanalíticos como as fidelidades cegas.

Em seus trabalhos sobre a história do movimento psicanalítico, Roudinesco (1986, 1997) utilizou o conceito de *filiação* para investigar a natureza das relações transferenciais estabelecidas nas associações psicanalíticas estudadas. Este termo foi introduzido por Granoff em 1975, e tem a qualidade de explicitar e reconhecer que as transferências permeiam as relações dentro das instituições psicanalíticas. Ele se refere à regra segundo a qual um indivíduo adquire sua *identidade social* e se inscreve em um processo de transmissão. Na psicanálise, o termo remete à forma específica de iniciação no saber e na prática psicanalítica, através da análise e supervisão (ROUDINESCO e PLON, 1997). O termo *identidade social*, no entanto, dá a idéia de algo bem resolvido: eu sou um psicanalista, filiado a tal instituição etc., o que não corresponde à realidade do ser psicanalista. Tal termo serve bem para que façamos uma análise social da instituição psicanalítica, mas precisa de uma ressalva, para que não simplifiquemos a questão. Vamos à ressalva.

Fédida (1978) afirma que a identidade do analista não se reduz a uma identidade profissional. Também não poderia ser fruto de um projeto teórico que se ativesse ao nível do ego – e todos os projetos se atêm em um primeiro momento, já que o inconsciente não faz planos. Ou seja, a identidade do analista não pode se resumir a uma posição social ocupada dentro de uma instituição; não pode sequer ser originada dentro dessa instituição. O projeto teórico do candidato a analista – que definirá sua identidade como psicanalista – receberia seu primeiro reconhecimento na análise, e é nela que precisaria perder sua aura de idealidade: “O próprio da teoria como projeção do eu ideal é a auto-atribuição da identidade ideal sob a

forma de uma afirmação de pensamento em conceitos que o sujeito concebe como inteiramente subtraídos ao processo primário”. (FÉDIDA, 1978, p. 264)⁶

Sob a identidade ideal, perde-se o terreno fértil da psicanálise: a instabilidade e a abertura que esta acarreta para o questionamento, a começar, da sua própria identidade. Essa instabilidade se daria, segundo Fédida (1978), pela possibilidade de não ser analista e de sê-lo para sempre, ou, em outras palavras, de sempre sê-lo e de nunca vir a ser psicanalista, ao mesmo tempo – e isto é que definiria a identidade clínica (e não social) do psicanalista. Isso porque a única afirmação possível da identidade do analista se daria no trabalho interminável sobre a teoria (interminável por estar sempre ligado à própria análise interminável do analista). No momento em que este trabalho se paralisa – tanto o da teoria quanto o da análise pessoal – deixa-se de ser analista. Para este autor, no entanto, as escolas se atêm às identificações imaginárias ao eu ideal dos analistas formandos, fruto de transferências não trabalhadas com seus analistas e mestres – às vezes personificados pela mesma pessoa.

Vários autores também se dedicaram a estudar os complicadores transferenciais nas análises didáticas. Stein (**apud** KUPERMANN, 1991) nos fala da dificuldade de se finalizar uma análise quando paciente e analista partilham de um ideal – o ideal psicanalítico permearia a análise didática. Este ideal se manteria como um “setor reservado da transferência” e não seria reconhecido nem pelo analista nem pelo analisando. Por compartilharem um ideal, algo da dimensão negativa da transferência não pode se manifestar e, portanto, não pode ser analisado. Como nos lembra Kupermann (1991), Ferenczi – que foi analisado por Freud – já alertava o criador da psicanálise sobre as possíveis consequências funestas da não elaboração do pólo negativo da transferência, que voltaria a se manifestar na instituição como transferência não dissolvida. Piera Aulagnier (**apud** KUPERMANN, 1991) trata do mesmo assunto e chama esse resto transferencial não tratado de “transferência passional”: “O sujeito

⁶ No original francês: “Le propre de la théorie comme projection du moi idéal est l'auto-attribution de l'identité idéale sous forme d'une affirmation de pensée en concepts que le sujet conçoit comme entièrement soustraits au processus primaire.”

permaneceria num estado de idealização de um analista e de um saber, além de uma fantasmática de recompensas no seio da instituição que viriam em resposta a seu ‘bom comportamento’.” (KUPERMANN, 1991, p. 51) Assim, as instituições psicanalíticas carregariam no seu seio restos não analisados de transferências, prontos a se tornarem resistências à própria psicanálise, já que esta é um atentado à ilusão narcísica à qual estamos sempre tentados a retornar.

Mas seria possível uma associação psicanalítica não sustentada por esses restos transferenciais? O que mantém um grupo unido não passa por essas ilusões de identidade e idealizações, como Freud mesmo propôs em sua *Psicologia das Massas e Análise do Ego*? Roustang (1987) afirma que a crítica de Freud ao exército ou à igreja, na obra citada, se aplica perfeitamente à IPA. Derrida (2004), como exposto acima, também concorda que a conceituação de inconsciente da psicanálise põe em xeque qualquer tipo de associação baseado na idéia de um sujeito uno. Em contrapartida, qualquer instituição baseada em identificações e idealizações atenta contra a identidade clínica do analista, ou seja, obscurece sua escuta.

Dito isto, vamos acompanhar alguns dos principais momentos da história da psicanálise para que possamos responder à questão colocada no início sobre o que motivou as transformações ocorridas no movimento psicanalítico: *Seriam elas mero reflexo da política para a aceitação da psicanálise pelo mundo, ou estaria havendo uma adequação das instituições psicanalíticas ao que a psicanálise preconiza? Ou ainda, a partir da impossibilidade radical de realização da proposta das associações psicanalíticas, como vem se desenvolvendo a história do Movimento Psicanalítico?*

1. 2 - Das Complicações Transferenciais ao Debate de Idéias

Escolhi alguns fatos da história do movimento psicanalítico para relatar neste tópico de modo que as reflexões sobre este movimento fiquem enriquecidas e mais claramente exemplificadas.

Freud, como já foi dito acima, passou a primeira década após a invenção da psicanálise (1895-1905) em um “*splendid isolation*”⁷. Ele via tal momento com agrado por ter estado totalmente dedicado à psicanálise, sem sequer ler outros autores que também estavam às voltas com conceitualizações de inconsciente – nenhuma, segundo o próprio Freud, tão radical quanto à proposta por ele (FREUD, 1914a/1968). Esse isolamento inicial inaugura a difícil relação da psicanálise com a sociedade que a cerca: a psicanálise incomoda o senso comum e as regras sociais e estas podem desviar a psicanálise de sua radicalidade. Argumenta-se que a teoria psicanalítica não poderia ter sido criada por alguém que estivesse muito inserido na sociedade local, pois esta pessoa não teria conseguido abrir mão de suas vantagens sociais para propor as desconfortáveis teses psicanalíticas. A judeidade de Freud e de todos os primeiros psicanalistas também teria facilitado a sustentação de uma posição contrária à ciência e moral dominantes, já que a convivência com a discriminação fazia parte da experiência de todos (MEZAN, 1985; ROUDINESCO, 1986).

O grande isolamento teve fim em 1902 quando Stekel, que havia passado por uma breve análise com Freud, propõe a ele que se organizassem reuniões semanais onde se discutiriam textos ou idéias relativas à psicanálise. Freud acolheu tal proposta e a Sociedade Psicológica das Quartas-feiras iniciou suas atividades com cinco integrantes: dois médicos, dois não-médicos e Freud⁸. Essas reuniões duraram até 1907 e nesta data já contavam com 22

⁷ Freud fez duas grandes queimas de cartas e documentos em sua vida. Uma em 1885 e outra em 1908. Esta segunda fogueira teve por efeito aumentar e mistificar o período do esplêndido isolamento, que não teria sido tão longo nem tão isolado assim. Hoje em dia sabe-se de troca de cartas discutindo sua teoria com Fliess, com Havellock Ellis, e após 1904, com Bleuler (Rodrigué, 1995, citando Sulloway).

⁸ Roudinesco (1986) descreve dessa forma os quatro primeiros membros da Sociedade Psicológica das Quartas-feiras, já Gay (1989) diz que eram todos médicos. O que é

participantes (ROUDINESCO, 1986). A sociedade aceitava qualquer membro indicado por um dos participantes. Nesse primeiro momento institucional havia uma regra peculiar: todos, obrigatoriamente, deveriam manifestar-se verbalmente sobre os temas apresentados, que podiam ser hipóteses teóricas, casos atendidos, fracassos clínicos ou questões sexuais.

Roudinesco (1986) interpreta essa regra como uma tentativa de lidar com a antinomia entre o inconsciente psicanalítico e as liberdades individuais. Essa antinomia se manifesta no ato da fala, que para a modernidade é uma liberdade a qual todos têm direito e para a psicanálise é a prova da não liberdade humana, já que está sempre submetida às regras do inconsciente. Assim, a obrigatoriedade de falar impunha a todos os membros a submissão ao próprio inconsciente. A falta de liberdade de fala desse momento inaugural do movimento psicanalítico representaria a falta de liberdade do homem frente ao seu inconsciente.

Neste primeiro círculo psicanalítico o vínculo transferencial se estabelecia através da troca teórica, já que só fazia análise aquele que quisesse (ROUDINESCO, 1986). No entanto, essa troca teórica se dava de uma forma bastante específica. Gay (1989), por exemplo, diz que os participantes que contavam de suas próprias neuroses eram acolhidos com entusiasmo e com uma chuva de interpretações. Experiências pessoais, clínica, obrigatoriedade de falar e submeter sua fala ao outro, toda essa mistura formava o caldo – transferencial – do que se pode chamar de “trocas teóricas”, tornando claro, mais uma vez, o estatuto específico da teoria na psicanálise.

Em 1907, Freud dissolve a Sociedade Psicológica das Quartas-Feiras e a refunda em seguida sob o nome de Associação Psicanalítica Privada de Viena. Nesta, a regra da obrigatoriedade de fala foi abolida, o que significa, para Roudinesco (1986), que a Associação se afastava, em seu funcionamento, das proposições psicanalíticas. Aqui começa, de fato, a história da IPA, já que a principal meta dessa associação era defender socialmente a causa

importante notar, para além dessa pequena divergência, é que para Freud a psicanálise não deveria ser uma disciplina médica, sendo sempre muito bem aceitos os analistas leigos.

analítica. Mais um complicador se soma aos interessados em analisar a história do movimento psicanalítico. Este teria duas vertentes diferentes de interesse: desenvolver teoricamente (cientificamente, como Freud diria, com seu vocabulário cientificista) a psicanálise e, por outro lado, torná-la aceita pela sociedade. Como já expus acima, estes dois interesses podem ser contraditórios e aí está o grande desafio: como ampliar a difusão da psicanálise na sociedade sem perder a especificidade das suas teses.

Nesse período começa o interesse da escola suíça pela psicanálise. Os principais representantes dessa aproximação foram Bleuler, Jung e, pouco mais tarde, Pfister. Nenhum deles judeu e todos de campos diversos ao que a psicanálise vinha abraçando: Jung e Bleuler eram psiquiatras e trabalhavam com psicóticos na clínica Burghölzli (por onde passaram também Abraham e Jones entre outros) e Pfister era pastor protestante, e procurava aplicar a psicanálise à cura das almas e à educação. Só Pfister manter-se-á fiel (à sua maneira) a Freud. Todos esses possíveis novos discípulos (Bleuler não se tornou efetivamente um discípulo) interessavam ao objetivo de Freud de ganhar para a psicanálise um lugar respeitável dentro da comunidade científica e do *establishment*. Neste momento, começa a política expansionista da psicanálise, tão diversa da “política da psicanálise” (assim chamada por ROUDINESCO, 1986) que teria que se valer da idéia de inconsciente e da falta de liberdade humana.

Deter-me-ei na descrição da relação entre Freud e Jung, pois ela é exemplar do que ocorria entre Freud e seus discípulos (e mais tarde entre outros mestres e discípulos da história psicanalítica): uma mistura de transferências não analisadas, abuso de poder, efeitos do inconsciente etc. Freud desejava, principalmente, que Jung tirasse a psicanálise do gueto judeu, não esperava dele um acréscimo criativo à teoria psicanalítica. Já Jung desejava um pai/mestre para admirar e ser admirado, o que era uma demanda neurótica que merecia ser analisada. Assim como o pedido de Freud a Jung deveria ter sido explicitado. No entanto, as transferências corriam soltas. Desde 1906, Jung explicitou que não compartilhava das idéias

de Freud acerca da sexualidade infantil (ROUDINESCO, 1986). Isso não impediu, no entanto, nem que Freud continuasse a querê-lo como príncipe herdeiro, nem que Jung aceitasse tal incumbência. As cartas trocadas entre os dois mostram um diálogo de surdos segundo Mezan (1985), Roudinesco (1986), Roustang (1987), Rodrigué (1995), entre vários outros.

Por um lado Jung expunha claramente em algumas cartas seus pontos de vista acerca da psicanálise e, por outro, ele disfarçava as modificações que impunha à teoria psicanalítica, nas quais tirava o foco da sexualidade, sugerindo que essa seria uma maneira de não suscitar resistência nos inimigos da psicanálise. Na realidade, Jung não conseguia abrir mão do lugar de filho predileto que Freud lhe conferia. Já Freud queria muito acreditar que Jung (não judeu, psiquiatra já estabelecido, inserido na academia) ainda se renderia à psicanálise e só não o tinha feito porque suas origens protestantes faziam com que ele próprio tivesse maior resistência para aceitar a noção de sexualidade infantil. Aí está um uso complicado do conceito de resistência, pois Freud não estava analisando Jung, queria apenas se aproveitar de sua transferência paterna e se negava a ver as idéias próprias de seu discípulo, mesmo que estas se afastassem do que a psicanálise preconizava. Estamos diante de um abuso de poder por parte de Freud ou então de um ponto cego na sua auto-análise?

Neste ponto da história voltamos à questão da necessidade de alguma objetividade na troca teórica. Esta só se daria se tivesse havido uma análise das transferências estabelecidas.

Mezan (1985) nos mostra que Jung sabia estar absolutamente transferido em relação a Freud, o que confessa a ele em carta de 28 de outubro de 1907:

Na verdade – e é com embaraço que o confesso ao senhor – admiro-o infinitamente, tanto como homem quanto como pesquisador, e não tenho recriminações conscientes a lhe fazer. (...) Mas minha veneração pelo senhor tem algo de religioso. Embora na verdade isso não me aborreça, continuo a senti-lo como algo ridículo e repugnante devido ao inegável acento homossexual (...) *Temo, portanto, sua confiança.* (...) Para mim, toda relação se converte, depois de um certo tempo, em sentimental, banal e exibicionista. (...) Creio que lhe devia esta explicação. Preferia não tê-lo dito. (JUNG **apud** MEZAN, 1985, p. 276)

No entanto, como demonstra vagarosamente a análise de Mezan (1985), Freud não parecia tentar dissolver tal transferência. Isso foi criando mal entendidos até o ponto em que Freud consagra Jung como primeiro presidente da IPA, em 1910, apesar de todas as divergências teóricas já apresentadas.

Essa é mais uma das provas cabais de que a transferência ditou caminhos que iam muito além das determinações teóricas para o movimento psicanalítico. Tanto que Freud, depois do rompimento final com Jung, em 1913, teve que escrever vários textos esclarecendo sua posição frente às teses junguianas, o que fez mais incisivamente nos textos de 1914 (*História do Movimento Psicanalítico e Introdução ao Narcisismo*). Como assinala Roudinesco (1986): “Após o rompimento com Jung, ele faria com que o conflito passasse oficialmente para o plano teórico.” (ROUDINESCO, 1986, p. 126)

Quando Freud retorna ao campo teórico para responder a Jung ele demonstra, por mais sarcásticos que sejam seus comentários acerca das idéias junguianas, o reconhecimento de sua alteridade e de seu direito de desenvolver outro tipo de pensamento. Além disso, a consideração das propostas de Jung levou Freud a desenvolver pontos da teoria ainda não explorados, como é o caso da noção de narcisismo. Ou seja, depois de resolvido o *imbróglio* transferencial, mesmo com a saída de Jung do campo psicanalítico, o debate de idéias pôde ocorrer.

Esse é o caminho de construção da teoria na psicanálise: da neurose ao estabelecimento da transferência, produção de respostas contratransferenciais e aí então, produção de teoria, o que Fédida (1978) chama de *metatransferência*. *Metatransferência* é o conceito que ele usa para designar esse trabalho da teoria na psicanálise, sempre atrelado ao fenômeno transferencial-contratransferencial (essa dupla sendo inseparável). Ou seja, a teoria na psicanálise seria sempre teoria da transferência: “A Teoria da transferência procede necessariamente de uma organização transferencial *em que* a contratransferência é o

argumento noético do conhecimento da transferência.”⁹ (FÉDIDA, 1978, p. 293) O que Fédida (1978) está afirmando nessa citação é que na contratransferência está o germe do pensamento intelectual que se desdobrará em sua teorização. A posição contratransferencial do analista é transformada em uma função *metatransferencial* que o implica na sua teoria. Continuando com Fédida (1978):

Essa função metatransferencial faz da escritura da teoria um espaço e um tempo de *síntese* onde o analista efetua operações de sentido sobre a base, ao mesmo tempo, do material clínico de seus casos, de seus esclarecimentos transferenciais e contratransferenciais e de sua própria dinâmica transferencial à obra na sua pesquisa.¹⁰ (FÉDIDA, 1978, p. 313, grifo do autor)

No momento histórico da psicanálise que estou descrevendo, a diferenciação entre pacientes e discípulos era muito mais complicada do que é hoje. Assim, essas afirmações de Fédida sobre a clínica psicanalítica se aplicam bem aqui.

A situação protagonizada por Jung e Freud exemplifica como o desejo de tornar a teoria psicanalítica bem aceita pode ir na contra-mão da própria teoria psicanalítica. Pretender uma instituição una, que considere a teoria psicanalítica já estabelecida e, além do mais, de uma só forma, é ignorar que o psiquismo humano é dividido, permeado por idas e voltas resistenciais e tendências a estabelecer transferências neuróticas. Assim, já na origem da Internacional Psicanalítica temos o exemplo de todos os perigos que poderiam permear essa organização.

⁹ No original: “(...) – la théorie du transfert procede nécessairement d'une organisation transférentielle ou le contre-transfert est l'argument noétique de la connaissance du transfert.”

¹⁰ No original: “Cette fonction métatransférentielle fait de l'écriture de la théorie un espace et un temps de *synthèse* ou l'analyste effectue des opérations de sens sur la base à la fois du matériel clinique de ses cās, de leur éclaircissement transférentiel, de ses repérages contretransférentiels et de sa propre dynamique transférentielle à l'œuvre dans sa recherche.”

1.3 – As Relações entre Mestres e Discípulos na Psicanálise

Voltando à nossa história e à questão de como lidar com os enlaces transferenciais surgidos na instituição, Freud tenta justificar, em 1914, a decisão de ter transferido a direção da IPA a Jung e Zurique:

Ao meu juízo, a centralização do movimento em Viena constituía um estorvo. Um lugar como Zurique, situado no coração da Europa e no qual existia um professor universitário que havia aberto sua clínica à psicanálise, me parecia muito mais conveniente. Via, além disso, um obstáculo em minha própria pessoa, difícil de situar justamente entre o favor de meus partidários e o ódio de meus inimigos. Tão pronto me comparavam a Colombo, Darwin ou Kepler, como se via em mim um caso de demência. Propunha-me, pois, relegar ao segundo plano tanto minha pessoa como a cidade berço da psicanálise. Longe já da juventude, sobrecarregava ver-me obrigado a tomar a direção do movimento psicanalítico. Porém, este não podia prescindir, a meu juízo, de uma personalidade diretora, pois me constavam os erros que espreitavam o investigador nos começos de sua atividade analítica e esperava poder evitá-los erigindo tal autoridade, pronta sempre a aconselhar e a orientar os principiantes. Esta ‘investidura’ que havia recaído sobre mim no princípio pelo peso natural de quinze anos de experiência, devia ser transferida agora a uma pessoa mais jovem. (FREUD, 1914a/1968, p. 1916)¹¹

Kuperman (1991) vê nessa colocação freudiana uma tentativa de organizar a “*economia e a dinâmica transferencial* do mundo psicanalítico (...) que girava sobre sua pessoa.” (KUPERMANN, 1991, p. 50) Uma tentativa que, como vimos, estava imersa em uma enorme bruma transferencial.

Em 1912, dois anos após a fundação da IPA, no meio da crise com Jung e após as dissensões de Adler e Stekel, Jones propõe a criação de um Comitê Secreto que pretendia coibir os desvios teóricos julgados perigosos para a disciplina psicanalítica. Era formado por Ferenczi, Freud, Abraham, Hans Sachs, Max Eitingon e Otto Rank, além do próprio Jones. Todos eles fizeram a promessa de que não se afastariam da doutrina psicanalítica, e se, em algum momento, passassem a discordar de algum ponto importante, informariam

¹¹ Todas as citações de Freud são resultado de uma tradução para o Português da edição espanhola de suas obras completas.

imediatamente ao Comitê. Este Comitê mostra o fracasso da IPA em algumas de suas funções desde o início, quais sejam: preservar a especificidade da psicanálise, sua linguagem e método de investigação, além de ser uma unidade que de fato representasse a psicanálise, já que era necessária uma organização secreta que cuidasse dessas atribuições. A impossibilidade de lidar objetivamente com a teoria psicanalítica, bem como a de restringi-la a uma formalização científica, fizeram necessários esses estranhos arranjos. Por outro lado, do ponto de vista da inserção da psicanálise na comunidade, a IPA foi excepcionalmente eficaz.

Em 1914, Freud conta a sua história do movimento psicanalítico, tentando retomar um lugar bastante claro de mestre:

A psicanálise é, em efeito, obra minha. Durante dez anos fui o único a ocupar-me dela, e todo o desgosto que sua aparição provocou caiu sobre mim, fazendo-me contemporâneo das mais diversas e violentas críticas. Todavia, hoje, não sendo já o único psicanalista, creio-me com o direito de sustentar que ninguém pode saber melhor que eu o que é a psicanálise, em que se diferencia dos demais processos de investigação psíquica e o que se pode acolher sob seu nome ou deve ser excluído dela. (FREUD, 1914a, p. 1895)

Ainda se buscava a defesa da especificidade psicanalítica e Freud chamava a si a autoridade e soberania para decidir o que era a psicanálise. Assim, se em 1910, Freud pretende se desvencilhar da intensa transferência que suscita em seus seguidores transferindo o centro de poder para Zurique, agora ele o retoma no lugar de centralizador da transferência do movimento psicanalítico, mas com uma organização secreta por trás.

Grosskurth (1992), em livro que analisa a relação de Freud com os participantes do Comitê Secreto, assinala como alguns elementos estavam presentes em todas as cartas trocadas entre eles e Freud: relação filial dos discípulos com Freud, a procura destes pelo reconhecimento do “pai” e ciúme fraterno entre eles. Ou seja, uma transferência neurótica com o Complexo de Édipo no centro, que Freud nunca buscou dissolver. Poderíamos ficar tentados a enxergar tais fatos como resultado do cruzamento das várias neuroses individuais, que, nesta situação particular, teriam se encontrado. Roustang (1987), no entanto, ao analisar

algumas relações de Freud e Lacan com seus discípulos e perceber também certas semelhanças entre elas, nos mostra como a questão é bem mais ampla e permeia todas as relações mestre-discípulo, que subentendem a relação transferencial.

Roustang (1987) afirma que os estatutos da associação psicanalítica já mostram que Freud se envolveu com um grupo constituído pela transferência à sua pessoa e ao seu pensamento. Isto também fica claro no texto sobre o movimento psicanalítico, de 1914, no qual Freud se coloca como o determinador do que é ou não psicanálise. Assim, a IPA usava das transferências dos discípulos para com Freud para se manter, e por isso estas não podiam ser analisadas e dissolvidas. Grosskurth (1992) descreve detalhadamente como apontar transferências não analisadas (como se isso fosse uma característica da personalidade do acusado) era uma arma usada indistintamente mesmo entre os membros do Comitê, sem que isso tivesse como consequência a análise dessas pessoas ou das próprias transferências. Além disso, a autora nos mostra como Freud prescrevia quem seria analisado por quem, determinando uma certa hierarquia no movimento psicanalítico: Jones foi analisado por Ferenczi e “supervisionado” por Freud, por exemplo.

Para Roustang (1987), o uso da transferência fora do dispositivo analítico torna-se manipulação e abuso de poder e de dinheiro: “É este escorregar sub-reptício da transferência analítica para as relações sociais reais que fazem a ambigüidade e mesmo a inviabilidade, por definição, da sociedade psicanalítica.” (ROUSTANG, 1987, p. 30) Sendo sustentada por transferências que não devem se dissolver, acaba a possibilidade de análise dentro da instituição.

Mas o que levaria Freud a constituir uma sociedade assim? Além dos apelos neuróticos de sua pessoa, devemos levar em conta a própria teoria psicanalítica, que por se construir a partir da pulsionalidade e do inconsciente de cada um, pode se aproximar de uma construção delirante. O trabalho teórico permite resolver algo da transferência, desde que este

esforço de teorização esteja ancorado na análise de cada autor. No entanto, como temos visto, há algo que se mantém não analisado sempre, já que estamos lidando com o **inconsciente**. Escrever teoria psicanalítica é se arriscar no seu próprio inconsciente, sem saber se o que sairá de lá é teoria ou loucura. A busca por discípulos é uma tentativa de trazer essa teoria tão marcada por fantasmas pessoais para uma relação intersubjetiva, com o intuito de atingir alguma objetividade frente ao nosso objeto de estudo.

No limite, alguém que conhecesse a fundo seu próprio inconsciente, não precisaria fazer uso de discípulos, pois conseguiria distinguir o que é de sua história inconsciente e o que é teoria, mas a continuidade da própria análise é o que a Sociedade Psicanalítica impede, quando se sustenta sobre transferências não resolvidas. (ROUSTANG, 1987)

Já os discípulos se fiam na teoria do mestre para não se arriscar nessa aventura teorizante que implicaria o seu próprio inconsciente. Não há risco de cair em um delírio teórico se há alguém que me garanta, que pense por mim. Obviamente, ao não teorizar e se agarrar à palavra do outro como verdadeira, o sujeito não pode constituir-se verdadeiramente como um analista, com seu estilo e criatividade. Nas palavras de Roustang (1987): “Se ele é discípulo, é fundamentalmente porque ele teme carregar o seu nome, falar em seu nome, pensar através dos seus fantasmas e sonhos, [fazer teoria psicanalítica] é o mesmo que fazer trapézio sem rede.” (ROUSTANG, 1987, p. 59) Sendo a teoria psicanalítica absolutamente pessoal, a conversa que se estabeleceria entre psicanalistas que de fato fizeram um esforço de teorização seria conversa de surdos, a não ser que a experiência clínica de ambos ou seus fantasmas fossem parecidos, na opinião de Roustang (1987). Ou seja, uma sociedade não poderia ser reduto da teoria de um só autor, pois estaria, incontinenti, anulando todas as outras possíveis teorizações e, mais que isso, a própria vida pulsional dos analistas discípulos.

Fédida (1978), no entanto, coloca como absolutamente necessário que a psicanálise busque algum nível de objetividade nas trocas teóricas e discussões de caso, sendo então

menos radical que Roustang (1987) na crença na impossibilidade total das associações de psicanalistas. Na realidade, para que uma teoria pessoal torne-se teoria psicanalítica é necessário o contato intersubjetivo. Como Fédida (1978) ressalta, é só através da função *metatransferencial*, ou seja, a partir da transferência, da contratransferência – em outras palavras: através da análise – e, posteriormente, do trabalho teórico sobre esta, que se atinge algum grau de intersubjetividade e de conversa com o diferente. Na verdade, como ocorreu na história de Jung e Freud, quando as transferências são esclarecidas e a ilusão de ideal é perdida, é possível haver um debate de idéias.

Assim, em um primeiro momento, a pessoa de Freud estava sempre no centro do movimento psicanalítico. Não só por ser o principal teórico, nem por assumir o papel de determinador do que estava dentro do campo psicanalítico, mas por ser o mestre a quem todos estavam transferidos. Como sabemos, no decorrer de sua vida houve várias reviravoltas teóricas grandes: a descoberta da transferência com o caso Dora, o narcisismo em 1914, a pulsão de morte em 1921, só para citar algumas das maiores. Ou seja, a psicanálise não se tornou uma teoria ou um dogma imutável, mas a única pessoa que poderia proceder tais transformações era o próprio Freud.

É interessante notar que pessoas que trouxeram grandes novidades teóricas só começaram a surgir na psicanálise no momento em que Freud, já doente, começava a se retirar do movimento. Também é importante atentar que todas essas pessoas, de uma forma ou de outra, criaram uma espécie de escola em torno de si (alguns por gosto, outros contra a sua vontade explícita, como Winnicott). Em 1927, Freud sofre uma grande derrota na IPA na questão da análise leiga, que ele havia defendido desde sempre. Neste momento, a IPA estava tentando profissionalizar a psicanálise e garantir a seus pacientes que os psicanalistas teriam uma formação mínima. É assim que, em 1925, torna-se obrigatória a análise didática e a

supervisão¹². Nesse movimento, em 1927, decide-se pela restrição aos não médicos numa derrota dos ideais psicanalíticos frente às exigências da sociedade para aceitá-la (ROUDINESCO, 1986). Mesmo assim, grandes discípulos não médicos se mantiveram: Marie Bonaparte, Pfister, Lou Andreas-Salomé e, principalmente, Klein e Anna Freud, que terão papéis importantes no próximo momento teórico e político.

Na década seguinte, Melanie Klein começa a ganhar luz com suas inovações teóricas para a psicanálise de crianças. Anna Freud, apoiada por seu pai, se contrapõe a tais inovações, mas em mais uma prova de que a era de Freud estava terminando na psicanálise, isso não impediu Melanie Klein de angariar cada vez mais adeptos. Inicia-se uma nova etapa do movimento psicanalítico, a IPA continuará a ser a única legitimadora da psicanálise, mas não será mais a personificação de Freud, abrigando dentro de si diversas correntes teóricas. Uma nova era também surge para as teorias psicanalíticas e, desde então, os psicanalistas convivem com diversas, às vezes contraditórias, teorias. No entanto, algo se mantém, e é a relação entre os mestres das escolas e seus discípulos, com a exigência de fidelidade e a restrição ao pensamento inovador, como veremos no próximo item.

1. 4 - A Expansão do Movimento Psicanalítico

A psicanálise tornou-se uma teoria reconhecida ainda durante a vida de Freud. Como já foi dito, no final da década de 20, era grande o número de pessoas interessadas em se tornarem psicanalistas. Essa aceitação da teoria aumentou após a morte de Freud, provando que uma das missões da IPA foi atingida. Assim, chegamos a um quadro totalmente diverso do que havia no início do movimento psicanalítico. Mas, onde teria ido parar a resistência à psicanálise, que é inerente a ela própria?

¹² É óbvio que há necessidade de análise e de supervisão para a formação de futuros analistas. Mas o molde em que elas se tornaram obrigatórias respondia à tentativa de garantir, frente à sociedade, uma boa clínica psicanalítica.

Kupermann (1996) nos traz as idéias de Sêrvulo Figueira sobre as indicações de que a psicanálise teria se convertido em uma *Weltanschauung*¹³ (visão de mundo) no momento em que se viu inserida e aceita na sociedade. A psicanálise como visão de mundo transforma-se em um ideal que atende a desejos e satisfações narcísicas e totalitárias, por sua promessa de cura. Para evitar isso, Freud teria tentado mantê-la em situação *underground* e revolucionária (na teoria, já que na prática buscava a assimilação da psicanálise ao contexto cultural). Como uma *Weltanschauung*, a teoria psicanalítica pode servir aos propósitos de resistência à psicanálise, já que fica capturada por uma lógica da ilusão e transforma-se em uma panacéia universal.

Outra faceta da difusão cultural da psicanálise é percebida na observação dos candidatos a psicanalistas. A partir da década de 50, os candidatos não têm mais as características dos pioneiros da disciplina. A profissão psicanalítica já é reconhecida e é inclusive envolta em certo charme. Não é mais um risco social se entregar a essa atividade. Segundo Gitelson, os aspirantes a psicanalista não teriam um sofrimento psíquico suficiente que os habilitasse a abraçar a causa psicanalítica na sua radicalidade. Assim, para ele, começam a surgir os chamados “candidatos normais”. Balint faz outra interpretação do mesmo fenômeno: chama os novos psicanalistas de “candidatos obedientes”, colocando a responsabilidade por suas pouco ousadas idéias e condutas na própria instituição de formação psicanalítica. Ou seja, a resistência à psicanálise vicejava no interior da própria IPA. (KUPERMANN, 1996)

Vejamos como essas modificações se refletiram nos institutos de formação: No final da vida de Freud, o poder institucional foi passando para as mãos de Jones (ROUDINESCO, 1986). A língua oficial da psicanálise passou a ser o inglês¹⁴, e a BPS (British

¹³ Freud escreveu, em 1933, um texto chamado *A Questão de um Weltanschauung*, sobre como a visão de mundo da religião era permeada por ilusões.

¹⁴ Não esqueçamos que a tradução das obras completas de Freud, feita por Strachey, foi base para muitas outras traduções, inclusive para o Português. Também é importante

Psychoanalytical Society) abrigava um importante centro de formação. Nos países da América Latina, apesar das peculiaridades da instalação da psicanálise – por estarem longe dos grandes mestres (ROUDINESCO & PLON, 1997; VALE, 2003) – já havia institutos estabelecidos, todos filiados às idéias kleinianas. Também na França, que teve uma entrada tardia da Psicanálise, já tinha uma sociedade vicejante e Lacan já estava iniciando sua obra (ROUDINESCO, 1993).

1. 4.1 – Características da Institucionalização da Psicanálise na Inglaterra

Entre 1940 e 1944, na BPS, houve o período das “Grandes Controvérsias”, que terminaram por manter dentro da legitimidade imposta e sustentada por Jones, divergências teóricas figuradas em Anna Freud e Melanie Klein. Já estavam em jogo aí, não só as próprias teorias mas a transmissão delas: qual seria a representante oficial do freudismo? A indagação *a quem caberia o futuro da psicanálise?* começava a se impor, já que a própria psicanálise tinha um lugar garantido na cultura. Como resultado dessa discussão mantiveram-se duas linhas de formação na BPS: a *linha A*, na qual se formavam kleinianos e partidários do *middle group* e a *linha B*, formadora dos anna-freudianos. Na realidade, nesse período conviviam duas escolas dentro da mesma, já que, como afirma Rodrigué (1994), que viveu isso na própria pele, não era permitido aos discípulos de uma freqüentarem os seminários da outra. A diversidade cabia dentro da mesma sociedade, mas de uma forma cindida: a cada mestre, seus discípulos. Ou seja, evitava-se o contato com o diferente e a afronta narcísica que é ser questionado. Também se mantinha a ilusão de uma unidade psicanalítica juntamente com a ilusão de que cada analista tinha uma identidade una.

Nesse cenário, começa a se colocar a questão das *filiações*. Os alunos da *linha A* eram obrigados a fazer análise e supervisão com analistas didatas da mesma linha e o mesmo ocorria na *linha B*. Assim, se por um lado podia haver diferenças teóricas dentro da IPA, estas não podiam contribuir para a formação dos psicanalistas que ainda tinham a sua disposição apenas uma teoria. Ser analisado por determinado analista didata determinava a linha teórica que o candidato seguiria. Isso significava, obviamente, que algo da transferência ideal a esse analista não podia ser analisado, gerando o “setor reservado da transferência”, como o chamou Stein (**apud** KUPERMANN, 1991). Chegou-se, inclusive, a se esboçar uma justificativa teórica para isso: o final da análise se daria com a identificação do analisando ao analista, já que o primeiro quer tornar-se analista como o segundo.

É nesse momento que começam a surgir os questionamentos sobre o que se ganha e o que se perde com a fidelidade a toda prova. Winnicott foi um dos autores que sempre se manifestou contra ela. Em carta a Melanie Klein, de 17 de novembro de 1952, ele descreve como vê essa divisão empobrecedora:

(...) tenho que admitir que existe [o kleinismo], na condição de uma barreira ao desenvolvimento do pensamento científico na Sociedade, assim como o darwinismo o foi para o desenvolvimento da biologia, profundamente estimulado pela obra do próprio Darwin. Suponho que esse seja um fenômeno que sempre se repete, e que é de se esperar que se repita sempre que houver um pensador realmente grande e original; surge aí um ‘ismo’ que se torna um inconveniente. (WINNICOTT, 1987/2005, p. 46)

No decorrer desta carta e em outra, de 3 de junho de 1954, dirigida também a Anna Freud (WINNICOTT, 1987/2005), ele intima as duas “chefes de escola” a acabarem com essa situação. Winnicott foi um dos poucos autores (juntamente com Bion) que conseguiu se manter independente das relações transferenciais inibidoras de pensamento, e pôde criar uma nova teoria aproveitando alguns ensinamentos kleinianos, dentro da BPS. Como se vê, as idéias de Roustang (1987), descritas no tópico anterior, se aplicam perfeitamente à escola inglesa, onde cada pensador era acompanhado por seus discípulos.

1. 4.2 – Características da Institucionalização da Psicanálise na França

Na França, onde não houve nenhum grande teórico até o surgimento de Lacan, a situação era diferente. A IPA tinha como sua representante oficial neste país Marie Bonaparte, que nunca foi uma teórica importante. A SPP (Sociedade Psicanalítica de Paris) seguia um ideal de ortodoxia freudiano sendo composta por burocratas da psicanálise, segundo Roudinesco (1993), que descreve a situação da psicanálise na França antes de Lacan dessa forma:

Jacques Lacan procurou introduzir a peste, a subversão e a desordem no âmago do freudismo moderado do qual era contemporâneo: freudismo que, após ter sobrevivido ao fascismo, soubera adaptar-se à democracia a ponto de não mais reconhecer a violência de suas origens. (ROUDINESCO, 1993, p. 11)

Nessa sociedade moderada também havia briga pelos candidatos a psicanalistas. Assim, o conflito que eclodiu em relação às inovações técnicas lacanianas também era um conflito referente aos candidatos. Lacan, por sua originalidade, angariava mais seguidores. Além disso, sua técnica de sessões curtas permitia que ele tivesse mais alunos em seu divã, o que desequilibrava a economia transferencial da SPP. Foi essa situação – encoberta pela questão da análise leiga – que terminou com uma primeira cisão em 1953, na qual Lacan, Dolto, Lagache e seus alunos criaram a SFP (Sociedade Francesa de Psicanálise). Esta nova associação pretendia ser reconhecida pela IPA e lutou por isso nos dez anos seguintes. Em 1964, a IPA retirou o título de analista didata de Lacan e de Dolto, e houve mais um racha: o grupo de Lacan fundou a École Freudienne de Paris (EFP) e o de Lagache fundou a Associação Psicanalítica da França (APF), filiada à IPA. (ROUDINESCO, 1986; 1993; PLON & ROUDINESCO, 1997)

Fica claro que, até esse momento, havia apenas uma representante oficial da psicanálise, que era a IPA, e todos pretendiam abrigar-se sob sua sigla. A EFP foi a primeira escola que rompe (não por gosto) com essa política e Lacan foi o primeiro psicanalista a tentar pensar psicanaliticamente sobre a instituição psicanalítica (ROUDINESCO, 2004). Mas como, na psicanálise, a teoria não basta, a EFP sofreu dos mesmos males das outras instituições. Lacan acabou ocupando um lugar, em seu movimento, de consequências transferenciais nunca antes experimentadas, segundo Kupermann (1996). E ele não só não soube como lidar com tal transferência, como teve atitudes que valorizaram sobremaneira tal situação. Como exemplo, cito a criação da revista *Scilicet*, em 1968, em que todos os artigos eram anônimos, menos os dele. A idéia original dessa publicação era valorizar a função criadora de uma escrita plural, mas o efeito foi, além da idealização do mestre, um belo imbróglio transferencial e institucional, já que os artigos passaram a ser bilhetes não assinados a destinatários também não nomeados. Até hoje a cena psicanalítica francesa é marcada por tal transferência. (ROUDINESCO, 1986).¹⁵

Como se pode observar, apesar das inúmeras inovações teóricas surgidas após o desaparecimento de Freud, a política psicanalítica mantinha-se a mesma. Mesmo com a ruptura de Lacan mantém-se a idéia de **uma** psicanálise verdadeira, e seria ele o representante dela ao invés da IPA. As transferências estabelecidas entre candidatos e seus analistas e supervisores também continuam determinando as teorias seguidas. Assim, não se coloca a questão da escolha teórica, pois não se pode entrar em debate com teorias que difiram da seguida por analista e supervisor.

¹⁵ Remeto o leitor interessado ao livro *Quartier Lacan – Testemunhos Sobre Jacques Lacan*, colhidos por Alain Didier-Weill e Florence Gravas (Rio de Janeiro: Cia. De Freud, 2007). Neste documento, os principais personagens dessa época contam sobre suas relações com Lacan e as consequências dessa relação para suas vidas dentro da psicanálise e para a cena psicanalítica francesa. Os autores tomaram o cuidado de entrevistar tanto os que continuaram fiéis ao mestre quanto os que romperam com ele.

1. 4.3 – Características da Institucionalização da Psicanálise na América Latina

Na Argentina, e mais ainda no Brasil, lugares de onde os grandes mestres estavam mais afastados, a história foi meio diferente. Além de ressaltar tal diferença, Roudinesco (1997; 1999) elogia a ousadia dos países latino-americanos que mantêm hoje em dia grupos de resistência à IPA. Essa ousadia seria consequência das particularidades da história psicanalítica por aqui.

No Brasil, a especificidade se deu pela maneira como a psicanálise se inseriu na sociedade através da Psicologia (ROUDINESCO, 1997; 1999). Na década de 50, apesar da IPA continuar sendo a única formadora oficial de psicanalistas, essa teoria já era ensinada nas universidades. A clínica do Instituto de Psicologia da USP, por exemplo, foi fundada e dirigida muito tempo por Durval Marcondes, pioneiro da Psicanálise no Brasil. Marcondes, significativamente, nunca quis o título de analista didata, preferindo formar – senão psicanalistas, já que estes só podiam ser formados pela IPA – pelo menos psicólogos com familiaridade com a psicanálise (VALE, 2003). Assim, a formação psicanalítica já circulava fora da IPA.

Sobre a Argentina, Roudinesco e Plon (1997) afirmam:

Esses pioneiros argentinos pertenciam à terceira geração psicanalítica mundial muito afastada do freudismo clássico e aberta a todas as novas correntes. A escola argentina nunca se limitaria a uma única doutrina. Acolheria todas com um espírito de ecletismo, inscrevendo-as quase sempre em um quadro social e político: marxista, socialista ou reformista. Ao longo dos anos e através de suas diversas filiações, ela conservaria o aspecto de uma grande família e saberia organizar suas rupturas sem criar clivagens irreversíveis entre os membros de suas múltiplas instituições. (ROUDINESCO & PLON, 1997, p. 34)

Foi nesse ambiente de maior liberalidade em relação à ortodoxia da IPA que surgiu o primeiro movimento de dissensão por divergências quanto ao funcionamento da própria instituição de formação. Em 1968, na Argentina, os alunos, apoiados por alguns analistas

didatas, iniciaram uma rebelião que tinha como objetivo “a transformação dos currículos, a abolição do mandarinato dos titulares e a abertura da psicanálise às questões sociais” (ROUDINESCO e PLON, 1997, p. 34). Sob o nome de *Plataforma* eles seguiram com seu protesto dentro da IPA até 1971, quando se desligaram dela, por vontade própria. Nesse ano, outro grupo continuou sua luta dentro da IPA, com o nome de *Documento*, mas, frente à não disposição para a discussão de questões institucionais, também se retirou.

Nesse momento, inicia-se, a meu ver, uma nova era institucional da psicanálise.

Rodrigué (1994) descreve a importância do movimento, do qual foi protagonista:

Até essa época, a IPA tinha promovido duas baixas: a de Reich e a de Lacan. Agora, perto de quarenta analistas, entre eles cinco didatas, somando os membros de Plataforma e Documento, **renunciavam** à instituição. Foi um ato histórico. Não se deve esquecer que esse foi um pivô na história do movimento psicanalítico. (RODRIGUÉ, 1994, p. 10, grifo meu)

Este movimento inaugurou uma série de outros: a psicanálise deixa de ser propriedade da IPA. Vários grupos de formação de psicanalistas não filiados à IPA surgem, dentre eles muitos lacanianos (já que os rachas fazem parte dos grupos lacanianos pelo mundo). Estes psicanalistas não estavam se rebelando contra a teoria psicanalítica, mas contra suas instituições.

1.5 - O Momento Atual

A partir da década de 70, passam a coexistir vários grupos de psicanalistas, faltava colocá-los em comunicação. Isso começou a ocorrer na França com o *Confrontação*, seminário organizado por René Major e Serge Leclaire que pretendeu, e de fato conseguiu, reunir representantes de todos os grupos lacanianos e da IPA na França. Nestas reuniões eles discutiam questões referentes à formação e institucionalização da psicanálise, além de terem contato com a clínica praticada em outros grupos. Esse movimento serviu de inspiração para

os *Estados Gerais da Psicanálise* que, já no final da década de 90 e início do século XXI, procura reunir psicanalistas sem levar em conta suas filiações. Segundo Roudinesco (1999):

Numa perspectiva mais ampla, a iniciativa de criação dos Estados Gerais da Psicanálise por René Major, em junho de 1997, é uma clara indicação de que o freudismo do ano 2000 deverá orientar-se para um novo modo de entendimento – o das redes associativas – atendendo às novas demandas da sociedade civil. (ROUDINESCO, 1999, p. 160)

É nesse cenário do final do século que nasce a idéia para a minha pesquisa. Minha formação psicanalítica se iniciou na Universidade (em grupos paralelos a ela, mas aos quais tive acesso a partir de disciplinas ministradas por professores do IP-USP), e seguiu de uma forma bastante livre, por diversas associações, análises e supervisões. Essa nova maneira dos psicanalistas se formarem é abordada por Kupermann (1991, 1996) através do conceito de “transferências nômades”. O mesmo fenômeno é encontrado por Roudinesco (1999) na França, onde ela aponta também a fragilidade das instituições como responsável por isso.

Sem dúvida alguma, a maioria dos psicanalistas perdeu a ilusão de que uma determinada sociedade “detenha o monopólio da boa clínica”. As inúmeras cisões e conflitos institucionais fizeram com que qualquer movimento psicanalítico tenha perdido muito do seu prestígio. Vários psicanalistas não se filiam a nenhuma escola em contraste com outros que se filiam a mais de uma. Segundo Roudinesco (2004):

A situação atual é o reflexo dessa história de que somos herdeiros. Agora sabemos que nenhuma internacional pode pretender encarnar a legitimidade da psicanálise. Em consequência, todas as instituições estão marcadas pelo luto de uma soberania perdida para sempre, ou engendradas pelo luto interminável dessa figura de um mestre ao qual todas querem ser fiéis sob o risco de a reconstruírem à maneira de simulacro. (ROUDINESCO, 2004, p. 217)

Kupermann (1991; 1996) usa o conceito de “transferência nômade” para ilustrar a nova condição afetiva para esse arranjo teórico-institucional. Essa transferência não seria dirigida a um único mestre ou instituição, e nem mesmo a uma única teoria. Claro está que essa situação é geradora de angústia nos psicanalistas (e não só neles, pois os usuários da

psicanálise também não têm mais uma instituição que garanta, mesmo que ilusoriamente, uma boa clínica), mas aproxima mais a atividade psicanalítica da radicalidade de sua origem. Radicalidade que deve ser renovada na experiência de cada psicanalista.

Em uma situação na qual a transferência não exige fidelidades extras ao analista, que não necessariamente será do mesmo grupo de formação do candidato, afasta-se a complicação das transferências surgidas na análise didática. Kupermann (1991) afirma que a possibilidade de se buscar cada vez mais e novas transferências também traz a possibilidade de para elas buscar “(dis)soluções” adequadas. Já que nenhuma dessas transferências é totalizadora e determinante da identidade do psicanalista, esta pode se manter em suspenso, colocando sempre ao analista a questão do que o leva a querer ser, ou não, psicanalista.

Como dito acima, Fédida (1978) define a identidade do analista como aquela que tem sua origem e fim na própria análise e na teorização que cada um faz a partir dela. Essa identidade implica nos riscos de se descobrir díspar e de perder a ilusão de um ideal: ideal de si, ideal de uma determinada instituição e mesmo ideal de uma determinada teoria.

Esse novo arranjo também permitiria que uma nova maneira de lidar com as teorias psicanalíticas pudesse ganhar força:

Assim, a pluralidade no campo psicanalítico, se por um lado aponta problemas, como o risco do ecletismo esterilizante, por outro lado indica novas possibilidades de superação de um dos maiores obstáculos criados no próprio processo de institucionalização da psicanálise: o impedimento da emergência de diferenças em nome da garantia das certezas adquiridas e do conforto rotineiro das formas instituídas. (KUPERMANN, 1996, p. 208)

Obviamente, esse novo arranjo (presente no Brasil e na França, pelo menos), não impede que surjam transferências paralisantes ou resistências atuadas à psicanálise por parte dos psicanalistas, mas permite que possamos ter contato com diversas experiências transferenciais e teóricas e exercitemos nosso pensamento.

2 - O PSICANALISTA E AS TEORIAS PSICANALÍTICAS

É preciso toda uma vida para descobrir a análise desde que as vidas desta vida e seus mortos que não morrem sejam o material em movimento de uma tectônica da teoria. O equilíbrio de um relevo geológico pode, a todo instante, ser recolocado em questão ou mesmo modificado. (Fédida, 1978, p. 311)

No primeiro ensaio vimos como a especificidade da teoria psicanalítica torna complexa a relação entre os psicanalistas e suas associações. Neste, pretendo abordar como cada psicanalista se defronta com as teorias psicanalíticas vigentes e com as que tenta desenvolver no decorrer de sua prática. Para isso vou me debruçar sobre o próprio da teoria psicanalítica do ponto de vista de alguns autores não psicanalistas que estudaram a obra de Freud e de outros que escrevem de dentro do campo psicanalítico.

Neste texto constam quatro subitens. O primeiro, intitulado “O Objeto Psicanalítico e a Trama da Teoria” está dividido em duas partes. Fiz isso porque julguei adequado abrir um parêntese para falar detidamente sobre a eficácia das *construções* na clínica e na teoria Psicanalítica. Assim, depois desse breve desvio, voltarei a falar sobre a trama da teoria. Em seguida, abordarei a relação entre a prática clínica e a teoria. O texto termina com um enxerto clínico invadindo este trabalho teórico.

2. 1 – O Objeto Psicanalítico e a Trama da Teoria (parte 1)

Foucault, no texto “O que é um Autor”, de 1969, traz uma idéia bastante interessante sobre autoria e campo discursivo¹⁶. Em primeiro lugar, ele afirma que o autor não se confunde nem com a pessoa dele próprio nem com um único eu. Um só autor pode remeter a vários *eus*: ao que fala sobre o que foi escrito em um prefácio, ao que faz uma demonstração matemática

¹⁶ A noção de discurso de Foucault, que é bastante rica e também específica, não será usada aqui. Para este autor, o discurso traz em si tanto a coisa quanto a representação. A mim interessa apenas pensar a psicanálise como uma discursividade inaugurada por Freud.

e mesmo ao que tem dúvidas. Isso ocorre em qualquer tipo de texto, dos ficcionais aos científicos. Ou seja, de início, ele já está questionando a unidade do autor e mesmo da obra.

No século XIX, no entanto, teriam surgido, para Foucault, autores diferenciados por fundarem novos campos discursivos, novas tradições. Para ele, Freud (assim como Marx, pois não se trata de um texto sobre a psicanálise) teria sido um desses autores, que ele chama de autores transdiscursivos. O que é interessante nessa idéia, e que faz bastante eco ao que percebo na minha *prática teórica*¹⁷ como psicanalista, é que nessa tradição cabem diversas diferenças. Nas palavras de Foucault:

Eles abriram o espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram. Dizer que Freud fundou a psicanálise não quer dizer (não quer simplesmente dizer) que encontramos o conceito da libido ou a técnica de análise dos sonhos em Abraham ou Melanie Klein, quer dizer que Freud tornou possível um certo número de diferenças relativamente aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses que relevam [salientam o] do próprio discurso psicanalítico. (FOUCAULT, 1969, p. 60)

Fazem parte da nova tradição diversos caminhos a serem seguidos. Por isso, Foucault (1969/2002) continua, as proposições do fundador não são tratadas como erradas, mas apenas como pertinentes ou não. Esquece-se o que não interessa, e segue-se pelo que interessa. Esses esquecimentos são essenciais e constitutivos da própria disciplina, não são impostos de fora, fazem parte da trama da obra, que diz algo nas entrelinhas, nas lacunas. Isso também faz com que o retorno à obra do fundador sempre ocorra, não para que algo seja descoberto ou redescoberto, mas porque a obra diz mais do que o que está escrito em palavras, já que nela cabe “outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram”. A discursividade instaura um movimento de transformação da própria discursividade que será

¹⁷ Estou chamando de *prática teórica* o que defenderei ser a tarefa teorizante do psicanalista, muito parecida com a tarefa clínica. Assim, *prática clínica* e *prática teórica* seriam atividades similares.

feito através desses retornos.¹⁸ Usarei as palavras do próprio Foucault (1969/2002) para ficar mais claro:

Depreende-se naturalmente que este retorno, que faz parte do próprio discurso e que incessantemente o modifica, não é um suplemento histórico que venha acrescentar-se à própria discursividade, reduplicando-a com um ornamento afinal não essencial; é um trabalho efetivo e necessário de transformação da própria discursividade. (FOUCAULT, 1969, p. 66)

A posição do autor fundador é diferente, então, em relação à posição dos outros autores dessa disciplina. O primeiro é autor mediato de todos os textos escritos nessa matéria, já que abriu a possibilidade desse tipo de pensamento. Por mais que os autores imediatos venham a pensar coisas diferentes, estão pensando dentro desse novo campo e a partir de retornos à obra dos mais diversos tipos.¹⁹

Obviamente, isso traz questões em relação a quais diferenças serão aceitas dentro do campo psicanalítico e quais não. A história do desenvolvimento da psicanálise está cheia de dissensos e expulsões que atestam essa dificuldade. No entanto, para este estudo, faz sentido a idéia de que tanto Winnicott quanto Lacan, por exemplo, cabem no interior dessa discursividade que comporta em si própria as diferenças que se manifestam em suas teorias.

Mas como se apresentaria uma teoria que pretende explicar sobre a psique humana, que se pretenda verdadeira (de modo a ter alguma coisa a ver com o fenômeno psíquico tal como observado ou experimentado pelos psicanalistas), mas não alcança uma harmonia e coesão, já que está sempre aberta a novas interpretações ou desenvolvimentos? Seria uma teoria incoerente ou se desenvolveria a partir de uma lógica outra?

Recorrerei a Miller (1984), crítico literário americano seguidor do desconstrutivismo de Derrida, que observa nos textos de Freud uma trama bastante diferente, e que, me parece,

¹⁸ Não esqueçamos que a grande divisa de Lacan era o retorno a Freud, e como ele foi criticado por dizer que já estava lá o que ele queria propor. A partir da idéia foucaultiana da transdiscursividade essa crítica perde qualquer sentido.

¹⁹ Winnicott, em carta a Harry Guntrip, de 20 de julho de 1954, exemplifica bem essa idéia, diz ele: "Meu ensaio sobre regressão não faria sentido algum se surgisse num mundo que não houvesse sido preparado para ele por Freud." (Winnicott, 1987/2005, p. 92)

descreve o que seria o tipo de texto fundador do campo discursivo da psicanálise. Ele afirma que Freud, para descrever o aparelho psíquico ou suas hipóteses sobre ele, usava de inúmeras metáforas, todas incompletas, equivocadas, mas não descartáveis. Sempre figuras, múltiplas e contraditórias, para dar conta de algo tão complexo. Freud percebia que fazia isso, e Miller (1984) pinça um parágrafo de “Estudos sobre a Histeria”²⁰ em que o próprio autor explica o que quer com tais metáforas incompletas:

(Estou utilizando aqui [diz Freud] um certo número de comparações, todas elas com uma **semelhança muito limitada em relação ao meu assunto** e que, além do mais, são **incompatíveis umas com as outras**. Estou consciente disso e não corro o risco de superestimar o seu valor. Mas **meu propósito em utilizá-las é lançar uma luz vinda de várias direções sobre um tópico altamente complexo que jamais foi representado antes**. Vou, portanto, me aventurar a continuar apresentando, nas próximas páginas, comparações dessa mesma ordem, embora saiba que isso não está isento de objeções.) (MILLER, 1984, p. 58, grifos meus)

Já é uma maneira diferente de se aproximar da verdade de um objeto. Freud pretende jogar uma luz sobre, não apreendê-lo completamente.²¹ A teoria psicanalítica dependeria da linguagem figurada e mesmo das próprias figuras que se sucedem em sequência para jogar a tal luz. Quanto mais figuras, mesmo com “semelhança limitada” em relação ao objeto, ou até “incompatíveis umas com as outras”, mais fontes de luz sobre o objeto estudado. Miller chama essas metáforas figurativas de “não apenas... mas em vez disso”. Cada metáfora não cancelaria a anterior, mas revelaria sua inadequação e necessidade de suplementação.

Essa nova maneira de teorizar acompanharia a natureza do objeto teorizado. Nas palavras de Miller (1984):

²⁰ Miller usa para sua análise principalmente dois textos: o já citado “Estudos sobre a Histeria”, de 1895, e “Construções em Análise”, de 1937. Ou seja, pega a obra inicial da psicanálise e uma das últimas escritas por Freud, mostrando que as idéias que ele defende não se restringem a um determinado período de seu desenvolvimento teórico.

²¹ Miller (1984) afirma que apesar de ter momentos muito lúcidos, em que reconhece as limitações e especificidades do que vem construindo, Freud também se presta a incoerências, como afirmar em “Construções em Análise” que: “Só depende da técnica psicanalítica que tenhamos êxito em levar completamente a luz o que se acha oculto.” (1937/1968, p. 575) Voltando a uma noção de verdade por correspondência que é totalmente contrária à noção de *construção*. Esta discussão será retomada no próximo item.

A linguagem de Freud tem a mesma natureza que o próprio material mnemônico. Ela é obrigada a articular-se da mesma maneira paradoxal, já que não se trata de descrever alguma coisa que é literal por meio de figuras, mas de encontrar as figuras necessariamente múltiplas e contraditórias para algo que já é necessariamente estranhamente figurativo, a atividade mental do paciente histérico. (MILLER, 1984, p. 64)

Miller (1984), usando o texto já citado de Freud, discorre com vagar sobre a atividade mental do paciente histérico. Para o meu objetivo aqui, basta lembrar que a atividade mental do neurótico é muito semelhante, senão idêntica, a da pessoa saudável e que esta se dá através de sobredeterminações. Tanto sintomas, sonhos, como atos falhos são sempre sobredeterminados. Por conta das várias determinações do mesmo fenômeno, uma interpretação nunca é a única possível. Além de funcionar dessa específica maneira metafórica, o próprio aparelho psíquico só seria descritível por figuras – nunca exatas, pois além de não ser possível acessá-lo diretamente há nele algo que, por definição, é sempre inconsciente.

Figueiredo (no prelo) ressalta que essa lógica da suplementaridade, própria ao pensamento desconstrutivista e presente no argumento de Miller, é semelhante à lógica paradoxal que permeia toda a obra de Winnicott. Apesar deste autor ter sido o primeiro a explicitar esse conceito, Figueiredo (no prelo) aponta que a lógica paradoxal está presente na Psicanálise desde Freud, como também atesta Miller. A partir da idéia winnicottiana de que todos os estágios de desenvolvimento estão o tempo todo presentes – como explicita sua máxima de que a criança está o tempo todo em todos os estágios – Figueiredo (no prelo) propõe que o mesmo ocorra com as diversas teorias psicanalíticas. Os autores que marcaram nosso campo estão sempre presentes de modo suplementar: *não apenas Winnicott, mas ao invés disso*, Lacan; *não apenas Klein, mas ao invés disso*, Freud, etc. Para além das metáforas contraditórias presentes nos textos psicanalíticos, também teríamos teorias contraditórias tentando abarcar o fenômeno psíquico.

Apesar de não descrever completamente o objeto e nem seu funcionamento, as várias metáforas trariam a convicção ao leitor de que são verdadeiras, ou seja, de que descrevem direito aquilo do que se trata. Essa convicção é comparada por Miller com a que as *construções* em análise causam ao paciente. Abrirei um parêntese para discorrer sobre esse tipo próprio de eficácia, presente tanto na clínica, quanto na teoria psicanalítica.

2. 2 – Breves comentários sobre a eficácia das *construções* na Psicanálise

Construção, em psicanálise, é uma intervenção feita pelo psicanalista (assim como as interpretações) sobre os vestígios mnemônicos e associações do paciente. Esses vestígios dariam elementos para que o analista construísse uma cena que ele imagina que possa ter ocorrido na infância do paciente (FREUD, 1937/1968). Freud, apesar de muitas vezes parecer acreditar que estas cenas de fato ocorreram, diz que não importa a veracidade da *construção*, pois se a convicção de verdade for suscitada já haverá um efeito no inconsciente (que pode se manifestar na forma de associações, lapsos, ou até em uma reação terapêutica negativa). Isso significaria que as *construções* usadas na clínica, assim como as metáforas na teoria, são de uma potência enorme: ao mesmo tempo em que causam a convicção de verdade não fecham um único sentido permitindo – e até exigindo – que outras venham complementá-la.

Seguindo pelo texto, Freud (1937/1968) afirma que a tarefa do paciente é recordar algo que foi experimentado por ele, mas está sob repressão. Já o trabalho do psicanalista é bem diferente deste: ele nem experimentou nem reprimiu nada. Freud se pergunta, então, qual seria a tarefa do psicanalista:

Sua tarefa é fazer surgir o que foi esquecido a partir dos vestígios que deixou, ou mais corretamente, *construí-los*. O tempo e o modo em que transmite suas construções à pessoa que está sendo analisada, assim como as explicações com as quais a acompanha, constituem o nexo entre as duas partes do trabalho analítico, entre sua própria parte e a do paciente. (FREUD, 1937, p. 574, grifo do autor)

Silva Jr. (2006) chama a atenção para este ponto do texto em que Freud ressalta a diferença fundamental entre os processos psíquicos do paciente e os do analista na sessão de análise. O primeiro deveria agir segundo as regras do inconsciente e associar livremente, enquanto o segundo deveria, na sua leitura, agir conforme a racionalidade científica: juntando vestígios mnemônicos, concebendo hipóteses sobre eles, verificando a eficácia delas através dos efeitos inconscientes provocados ou não no paciente. Ao mesmo tempo, no entanto, deveria manter sua atenção flutuante, que seguiria a lógica do inconsciente e seria absolutamente contrária às atividades descritas. Silva Jr. se questiona então sobre a possibilidade de compatibilizar esses dois tipos de trabalho que o psicanalista precisaria fazer.

Figueiredo (1996) também afirma que uma das possíveis leituras para esse texto de Freud se dá sob o Princípio da Razão, já que Freud propõe uma busca pela verdade e pelos nexos históricos, além da verificação das hipóteses do analista através do teste da clínica. A maioria dos textos freudianos, no entanto, padece dessa lógica paradoxal, na qual o trabalho da razão – ou da consciência – e o do inconsciente convivem paralelamente. Assim, um mesmo conceito, como é o caso das *construções*, serve tanto para os cientificistas defenderem suas teses sobre a cientificidade da psicanálise, como para Miller (1984) defender suas idéias desconstrutivistas.

Hanly (1995), partidário da psicanálise como ciência, aborda o conceito de *construção* para asseverar que a verdade por correspondência basearia a psicanálise. Ele chega a essa conclusão a partir do estudo do caso do Homem dos Lobos, no qual várias *construções* da cena primária foram comunicadas ao paciente. Mas, segundo Hanly, Freud teria percebido que a que gerou efeitos inconscientes duradouros no paciente foi a correspondente a um *acontecimento real e objetivo* vivido por ele aos 18 meses de idade. Nesse caso, a reconstrução da cena primária foi descrita como composta por lembranças do paciente,

suposições a partir da teoria psicanalítica (como o fascínio com o fogo e a micção) e, então, outras lembranças despertadas no Homem dos Lobos.

De fato, Freud se fia bastante na verdade histórica, a ponto de dizer que, quando um paciente nega verbalmente uma *construção*, mas segue associando a partir dela – ou seja, ela teria gerado efeitos no inconsciente – esta negativa se deveria a partes da *construção* que de fato não corresponderiam a tal verdade e não a toda *construção* apresentada. (FREUD, 1937/1968)²²

A questão que motiva o texto acima referido de Figueiredo (1996) é em que medida a clínica psicanalítica estaria sob o Princípio da Razão. Para efetuar essa investigação ele se apóia em suas leituras de Heidegger e faz uma interpretação do texto sobre as *construções*. Inicialmente, ele descreve o que basearia a filosofia ocidental: ela exigiria o manejo de representações através das quais atingiríamos o objeto e necessitaria de uma teoria que se baseasse tanto na verdade por correspondência quanto na verdade por coerência. Mas o que merece, principalmente, nossa atenção é a distinção entre as proposições explicativas e as proposições interpretativas. As primeiras apresentariam explicações sobre a relação causal entre os eventos, permitindo previsão e controle; e as segundas explicitariam o enlace de um evento com outros em determinado contexto, revelando, assim, um sentido. As proposições interpretativas podem se desdobrar até atingir o status de uma explicação. Figueiredo comenta a esse respeito:

É claro que há diferenças importantes entre estas duas operações: quando as razões são dadas na forma de uma interpretação elas aumentam nossa compreensão do fenômeno, mas não ganhamos nada em termos da capacidade de prevê-lo; já as razões dadas na forma de explicações garantem um incremento em nossa capacidade de prever e exercer o domínio. Por este motivo, muito provavelmente, **tende-se a privilegiar a explicação sobre a interpretação; é como se previsão e controle – ou seja, o exercício da técnica – fosse a prova dos nove ontológica**: um fenômeno plenamente

²² No comentário feito em nota de pé de página por Ballesteros, primeiro tradutor espanhol de Freud, este estaria se debatendo com a questão da verdade histórica nesse momento da sua obra. Basta lembrar que, durante esses anos, Freud também estava escrevendo *Moisés e o Monoteísmo*, que trata também dessa questão.

objetivo, seria, em última análise, explicável, previsível e controlável e só assim estaria totalmente assegurada a sua *objetividade*. (FIGUEIREDO, 1996, p. 82-3, grifos meus)

Na nossa vida cotidiana, procuramos sempre razões intelectuais para o que vemos e escutamos para recuperarmos nossa confiança em uma realidade sólida, o que nos capacitará a transitar por ela tranquilamente. Vários dos casos apresentados por Freud apresentam esse tipo de interpretação baseado no Princípio da Razão: ele procurava enlaces entre eventos, criava realidades substitutivas e, se necessário, argumentava teoricamente com o paciente. Figueiredo (1996), no entanto, não acredita que estas sejam as falas mais eficazes na clínica psicanalítica. Segundo ele:

É possível que em muitas ocasiões possa ter havido uma certa confusão entre, de um lado, a *construção* das teorias e sua difusão racional, em que a tarefa de *dar razões* é imperativa, e, de outro, a clínica. No entanto, procurarei mostrar no que se segue que *a fala em psicanálise não tem essencialmente uma função realizadora, que interpretar em psicanálise não é essencialmente fazer ou refazer ligações* e que o *ver* e o *escutar em análise não são meramente acessórios da tarefa principal de dar, esperar ou procurar razões*. (FIGUEIREDO, 1996, p. 85, grifos do autor)

Vejamos o que seriam as falas eficazes na clínica, sem esquecer, no entanto, que a teorização psicanalítica, como venho argumentando, também não está sujeita ao Princípio da Razão. Também na teoria, as “falas” deveriam ser capazes de provocar associações no leitor psicanalista.

Figueiredo (1996) nos chama a atenção para o modo como Heidegger pensa o *ser*, não como algo objetivo, mas como “puro envio e retraimento”, como um “sendo enigmático”, que ainda não é possível representar, mas que já *afeta*. Antes de podermos explicar: “(...) algo teve de impor-se antes como um *sendo enigmático* que irrompeu como corpo estranho no tecido homogêneo da realidade, criando neste tecido algo que é buraco e excrescência, criando, enfim, o *espaço do heterogêneo*.” (FIGUEIREDO, 1996, p. 85, grifos do autor)

Bom, a psicanálise lida basicamente com este “espaço do heterogêneo”, que seriam as formações do inconsciente, que nos surpreendem de dentro do que nos pareceria ser o mais próprio de nós mesmos, mas nos contradiz. Esses enigmas não seriam capazes de representação em um primeiro momento e, se seguirmos com Figueiredo (1996) inspirado em Heidegger, deveríamos nos colocar “à espera na abertura de onde os entes são destinados à figurabilidade” (FIGUEIREDO, 1996, p. 85). A fala surgida desse tipo de pensamento de espera não seria realizadora, atenuadora das excrescências, mas falas que permitissem o acolhimento do heterogêneo sem a preocupação de integrá-lo em um todo inteligível.

Esta fala é chamada por Heidegger de *desrealizante* e produziria figuras hiper-reais, hiper-nítidas, justamente por não serem esperadas onde e quando surgem. É uma outra forma de pensar, que não pretende explicar a realidade, mas transformá-la:

Apenas do encontro com este super-real onírico pode a realidade sair transformada porque só destas figuras de sonho – que escapam radicalmente ao império do Princípio da Razão – pode-se fazer uma experiência no sentido preciso do termo, o da recepção de impressões originárias. (FIGUEIREDO, 1996, p. 86)

Essa descrição coincide com a feita por Freud acerca de algumas lembranças suscitadas por *construções* comunicadas pelo analista ao paciente. Na clínica também não se espera que se explique determinado fenômeno e o paciente se dê por satisfeito. O que Freud e os psicanalistas esperam são efeitos do inconsciente, na forma de lapsos, associações e, inclusive, imagens hiper-nítidas marginais à *construção* apresentada pelo analista. Daí surgiria a convicção de veracidade dessas *construções*. Estes seriam os sinais de que a *construção* gerou uma emergência do campo do pulsional.

Essas imagens hiper-nítidas seriam as mesmas que surgiriam ao paciente psicótico em seus delírios e alucinações, situação na qual o campo pulsional, o campo do arcaico, se impõe a ele. Ou seja, a convicção de verdade gerada por uma *construção* seria da mesma ordem da convicção gerada por um delírio ou por uma alucinação, absolutamente diferente, portanto,

das convicções geradas intelectualmente sob o Princípio da Razão. Resta-nos a questão da verdade histórica, que para Freud deveria estar presente na *construção*. Figueiredo (1996) usa o termo “verdade histórico-vivencial” transcendendo assim a questão da verdade por correspondência colocada por Hanly (1995) e aproximando-a mais de uma experiência – a daí a palavra “vivencial” – psicanalítica.

Voltemos ao campo das teorias psicanalíticas, tema dessa dissertação. Figueiredo (1996) também vê nelas algo que escapa ao Princípio da Razão:

Ou será que, em que pese o fato de todas as teorias psicanalíticas estarem comprometidas com o Princípio da Razão (e como poderia ser diferente?), na clínica estas mesmas teorias são *dispositivos desrealizantes, dispositivos aptos a sonhar* mais do que a prever e calcular, como costuma acontecer com as teorias científicas convencionais? Parece-me que, de fato, as teorias psicanalíticas, independentemente de como estejam construídas têm um estatuto cognitivo completamente distinto das demais teorias científicas. (...) Trata-se de afirmar que *elas servem para des-realizar, para construir novos sonhos* e, neles, propiciar um *ver* e um *escutar* liberados do Princípio de Razão.” (FIGUEIREDO, 1996, p. 87, grifos do autor)

2. 3 – O Objeto Psicanalítico e a Trama da Teoria (parte 2)

Retomemos, agora, a argumentação desenvolvida na primeira parte deste item: Fédida (1978), psicanalista francês, parte da reflexão sobre os textos psicanalíticos (não só os de Freud), para chegar a uma proposição que se aproxima, em seu sentido geral, a de Miller. O próprio da teoria psicanalítica para ele é sua função metáforo-interpretativa. Para este autor, no entanto, essa função metafórica estaria dentro dos próprios conceitos. Estes se diferenciariam dos conceitos filosóficos que buscam ser capazes de assegurar a compreensão de toda a extensão do objeto. Na metapsicologia psicanalítica, por conta do poder da metáfora que está entranhada no conceito, o que se operaria é uma dessignificação. Uma anassemia²³, como citado por Fédida, uma nova semântica que comporta contradições e antíteses, como

²³ Anassemia é uma figura retórica proposta por Nicolas Abraham e Maria Torok para pensar o que eles chamam de “anti-semântica escandalosa” dos conceitos psicanalíticos. As anassemias seriam novas palavras, ou novos sentidos na mesma palavra, para explicar o que o inconsciente abriga.

funcionam as palavras no inconsciente. Separar e definir os conceitos psicanalíticos significaria desmembrar a metapsicologia e aí cadaverizá-la, retirando a potencialidade polissêmica dos seus conceitos. Seguindo na mesma linha, Roustang (1987), fala da enorme dificuldade de se estabelecer um vocabulário de psicanálise, já que os *conceitos-ficção*, que seriam os da psicanálise, mudam de texto a texto e de época a época. Esses conceitos não tentariam ordenar, mas pôr em movimento certas questões ou problemas.

Essa função metafórica – e aí está a grande novidade psicanalítica da leitura de Fédida (1978) – está ligada à vida pulsional do analista que participa ativamente tanto da escrita como da leitura dos textos psicanalíticos. Nesse sentido, a eficácia das *construções* em análise e a da função metafórica dos conceitos é a mesma. A leitura de um texto psicanalítico modifica a economia pulsional do leitor, assim como a transformação do vivido inconsciente modifica a leitura de um texto. A cada nova leitura, outras compreensões podem se fazer. É um texto vivo, imbricado na vida do analista. Tudo isso teria a ver com a nova epistemologia psicanalítica, criada a partir da implicação da transferência na teoria.²⁴ Assim, cada leitura de texto estaria ocupada pela transferência do analista à sua análise e à teoria, transferência que se busca sempre analisar, mas que carrega em si seus pontos inalisáveis. A leitura baseada no vivido inconsciente do analista, ao invés de relativizar o campo, o polissemiza, permitindo que os sentidos se multipliquem.

Mahony (1992), apesar de não se aprofundar na investigação da experiência pulsional do psicanalista, argumenta no mesmo sentido. Ele considera que os termos cotidianos usados na conceituação em psicanálise são mais ricos em associações do que os termos conceituais. Segundo ele, o próprio Freud afirma isso no seu livro dos sonhos. Além disso, e talvez isso seja o mais importante, esses termos da linguagem viva mantêm uma *ressonância*, já que são

²⁴ Fédida (1978) supõe que Freud resistiu a reconhecer a existência da transferência e incluí-la no corpo da teoria psicanalítica, pois essa inclusão determina que a “teoria científica” psicanalítica está sob efeitos do inconsciente. Segundo ele, é isso que impede que a Psicanálise seja reconhecida como uma ciência clássica.

modificados diariamente pela cultura. Ou seja, a capacidade de criar *ressonâncias* advém dos vários significados adquiridos todos os dias na vida cotidiana. Ressoam de sentidos por não terem apenas uma definição e por esta ser constantemente modificada.

Para Granger (1967), no entanto, que busca sempre a cientificidade possível para as teorizações nas ciências humanas clínicas, não se trata de manter no conceito a tonalidade vivida do individual através do uso de metáforas ou imagens dentro de um pensamento conceitual. Para ele, “a recusa a renunciar às idéias confusas nascidas imediatamente da experiência vivida” cria um obstáculo epistemológico que sacrifica a clareza, a distinção e a eficácia do conceito. Em suas palavras: “Pretende-se conservar no interior de um pensamento conceitual imagens que refletem a experiência, vivida de uma maneira puramente especulativa; assim, a simples metáfora toma o lugar da explicação (...)” (GRANGER, 1967, p. 167)

Este seria o grande obstáculo epistemológico. A solução que a ciência aplicada arranjaría seria constituir “(...) progressivamente um conceito articulado do individual com os diferentes níveis do objeto que é visado por ela.” (GRANGER, 1967, p. 167) No entanto, Granger (1967) não é ingênuo de achar que esse objetivo seria plenamente atingido, mas buscar-se-ia uma: “(...) decodificação cada vez mais aperfeiçoada, de tal modo que os elementos redundantes, que não são forçosamente os mesmos para todos os casos, diminuam em número sem nunca serem completamente abolidos.” (GRANGER, 1967, p. 168)

A posição adotada por Granger se fundamenta em toda a sua obra epistemológica. Nesta, ele defende que a construção de uma linguagem artificial é um traço necessário para a constituição de uma ciência, juntamente com o objetivo de explicar um fragmento da realidade e a verificação da veracidade dessas informações. Um sistema simbólico rigoroso seria o que possibilitaria a transmissão da ciência, por isso ele é tão pouco indulgente com as imprecisões sintáticas e as ambigüidades semânticas. (SILVA JR., 2006)

Ao observar o que ocorre na clínica psicanalítica, no entanto, Granger (1967) se dá conta de que no atual estado desta “ciência” não seria possível à prática se ater somente à teoria, sendo necessário recorrer à arte clínica. Afirma ele:

A arte, sob todas as suas formas, é esta fase da prática que diz respeito à redundância ainda não reduzida. O médico, o psicólogo, o economista, tal como o engenheiro, prolongam o conhecimento conceitual através de uma arte que trata o individual como imagem imediata da objetividade vivida. (...) No decurso desta fase, a prática, que pode muitíssimo bem ser bastante eficaz e sutil, permanece desligada do conhecimento conceitual; e estando ligada, a maior parte das vezes, a um ‘saber’ mítico, constitui freqüentemente um obstáculo ao desenvolvimento da própria ciência. Deste modo, é um momento decisivo da história das ciências aquele em que a prática como arte deixa de representar um tal obstáculo para se tornar um poderoso instrumento do progresso científico.” (GRANGER, 1967, p. 169)

Como já foi dito na introdução, Granger (1967) ignora a especificidade do inconsciente e seus efeitos para a teorização na psicanálise. No entanto, seus estudos levantam problemas fundamentais também para a Psicanálise: a necessidade de formalização conceitual, a possibilidade específica de sua transmissão, a relação entre um sistema conceitual e uma arte, a função (ou não) do mito para nossa disciplina.

As idéias de Fédida (1978) e Mahony (1992) apresentadas no início da segunda parte deste item respondem a boa parte das críticas de Granger. Na realidade, Fédida (1978) propõe uma nova epistemologia para Psicanálise a partir da introdução da transferência em sua conceituação. Mahony (1992) também nos traz uma idéia de Roustang de que “a poética de Freud, é uma metáfora da descontinuidade, sob constante ameaça de ser reprimida” (MAHONY, 1992, p. 32). Ou seja, a partir da idéia da força do recalque, toda e qualquer idéia que se aproxime do que pode ser a descrição do aparelho psíquico ou do fenômeno clínico corre o risco de ser reprimida em seu sentido essencial, restando apenas conceitos “cadáveres”, como diria Fédida (1978), sem a potência da força pulsional.

Como disse ainda Fédida (1978), é importante notar que não é a transferência em si que cria a condição para a leitura do psicanalista, mas é a partir dela que os “trabalhos da

teoria” podem se efetuar: a perlaboração e a escritura. A perlaboração opera tirando a teoria de uma compreensão feita pelo psicanalista apenas intelectualmente. Uma teoria compreendida unicamente em seu aspecto cognitivo faz com que o analista trabalhe com seu paciente no nível da consciência, ou seja, o paciente aceita o conteúdo do seu recalco também no âmbito do intelectual. Assim, a perlaboração levantaria o mecanismo do recalco, iniciando um movimento pulsional que surpreenderia tanto o analista quanto o paciente, e os libertaria da compulsão à repetição. A partir disso, pode surgir um momento criativo que será aproveitado na elaboração da teoria – feita sobre a perlaboração – e definirá a teoria da análise no analista. Resumindo: não há teoria analítica sem análise. E também não há teoria psicanalítica senão a criada pelo analista a partir de sua própria análise.

Começa a ficar claro que a leitura do texto freudiano exige uma disponibilidade do leitor psicanalista como a do paciente para a análise: ele precisa ser tocável pela eficácia das *construções* ou das metáforas. Uma leitura que busque rigorosamente a coerência intelectual do texto obviamente não permitirá tal efeito. A psicanálise é alvo de inúmeros questionamentos e críticas nesse sentido, tais como: O inconsciente foi descoberto ou criado? A horda primeva, descrita em Totem e Tabu, é uma fábula ou Freud achava que de fato ela tinha existido? Essas questões, que não são nada desprezíveis, impedem que o efeito das metáforas se dê. Impedem que algo faça sentido a partir da leitura do texto, mesmo que, por exemplo, não se acredite que tenha havido uma horda primeva como a descrita por Freud.

Para Granger (1967), no entanto, essa complacência com a veracidade das informações e as imprecisões conceituais impediria o desenvolvimento da ciência já que esta estaria aliada ao mito. Voltemos ao terreno da Psicanálise para rebater essa preocupação. Figueiredo (no prelo), desenvolvendo seu argumento de que a lógica paradoxal descrita por Winnicott estaria presente em toda a teorização psicanalítica, cita André Green que propõe que o método psicanalítico se basearia em “processos terciários”. Estes ocorreriam *entre* os processos

primários e os processos secundários e estabeleceriam a ligação entre os dois últimos paradoxalmente. Sem os processos terciários, o psiquismo ficaria estancado nas duas lógicas: própria ao consciente – processo secundário – ou própria ao inconsciente – processo primário:

As teorias psicanalíticas, e as práticas clínicas daí decorrentes, incidem justamente sobre estes processos terciários e deles devem reter a dimensão paradoxal, se é que pretendem alguma ‘eficácia’ como possibilidade de fazer contato *simultâneo* com os inconscientes e com as consciências do paciente e do analista. (FIGUEIREDO, no prelo, p. 42, grifo meu)

Para Figueiredo (no prelo), as teorias psicanalíticas deveriam então ser tomadas como “veículos de trânsito entre manifesto e latente, consciente e inconsciente”, ou, em outras palavras, como objetos transicionais²⁵. Não cabendo, portanto, perguntar ao psicanalista se suas idéias foram inventadas ou encontradas na realidade. Suas teorias estariam justamente nesse *entre* consciência e inconsciente, realidade e ficção etc. Vê-se que essa afirmação deixa de fora a discussão sobre qual verdade basearia a psicanálise, se a por correspondência ou a por coerência. Na realidade, a questão da verdade da teoria estaria ligada à experiência pulsional do psicanalista, como ocorre nas *construções*.

Para Fédida (1978), as “ousadias metapsicológicas” de Freud participavam de imaginações especuladoras que transgrediam os conhecimentos instalados tanto na psicologia quanto na biologia ou antropologia. Ele também afirma que Freud se referia falsamente a essas ciências para, a partir delas, criar proposições verdadeiras cuja única verificação possível, no entanto, seria a levada a cabo pela cura analítica.

Essa circularidade da psicanálise, em que ela faz o que quer com outras ciências sendo validada dentro da própria prática, nos traz a problemática questão da crença e da fé, para não dizer da própria eficácia terapêutica da psicanálise, na qual as duas primeiras estão

²⁵ O objeto transicional, conceituado por Winnicott, pertenceria a uma área intermediária entre realidade externa e interna, entre realidade e ilusão. Os fenômenos transicionais são necessários para que o bebê possa entrar em contato com a realidade e não deveriam ser questionados a respeito de sua realidade. (Winnicott, 1951/1993)

implicadas. Roustang (1987) aborda esta questão dizendo que no início o psicanalista contaria tanto com a crença como com a fé:

A fé necessária no início da análise, porque ela é a sua própria matéria, se oporia então à fé religiosa. A primeira é artificialmente suscitada para que o analisando nela se agarre de início a fim de se desprender de toda fé. A segunda é feita para não passar e para se reforçar à medida em que se faça posta em xeque: não se a analisa, experimenta-se-a. (ROUSTANG, 1987, p. 37)

O que levaria à ‘transformação’ da fé inicial ao desprendimento dessa fé?

Articulando tal questão com as proposições de Fédida (1978), seria a análise da transferência e o trabalho da teoria que tirariam a esta da sua posição inicial de mito dependente da crença e da fé. Se, por um lado, Fédida (1978) concorda com Granger (1967) que a teoria psicanalítica não pode se ater ao terreno do mito, por outro, para ele, o mito está muito próximo da teorização psicanalítica. Aquele, no entanto, tem a força do arcaico, do infantil, do pré-simbólico e não busca a objetividade. É movido pela crença e age intra-subjetivamente fazendo sentido e pronto. O mito teria a mesma força arcaica dos fantasmas inconscientes de cada um:

Uma metapsicologia entretém com o mito uma relação de necessidade que tem a ver, precisamente, com o funcionamento metafórico dos conceitos, com as condições metafóricas de sua fala e de sua comunicação ou transmissão. A organização metafórica de uma teoria responde ao mesmo tempo a uma alimentação fantasmática do analista (sua capacidade de fantasiar), da implicação transferencial verdadeiramente criativa dos conceitos e responsável pelo movimento aberto da teoria (...) ²⁶ (FÉDIDA, 1978, p. 314)

Para passar do mito à teoria é necessário fazer a passagem do intra-subjetivo ao intersubjetivo. Passagem que se dá na descoberta (ou experimentação e análise) da transferência. Isso ocorre quando se percebe que para além do nosso mundo alucinado –

²⁶ No original francês: "Une métapsychologie entretient avec le mythe un rapport de nécessité qui tient, précisément, au fonctionnement métaphorique des concepts de leur parole et leur communication ou transmission. L'organisation métaphorique d'une métapsychologie répond à la fois d'une alimentation fantasmatique de l'analyste (sa capacité de fantasmer), de l'implication transférentielle véritablement créatrice des concepts et responsable du mouvement ouvert de la théorie (...)"

Fédida (1978) chama de transferência intra-subjetiva – há outro, ou ao contrário, para além do mundo compartilhado intelectualmente, há outro. De qualquer forma, é a saída do mundo único, idêntico e singular. Por isso a descoberta da transferência é o reconhecimento da intersubjetividade. Essa intersubjetividade (assim como a teoria) está sempre nesse *entre* – assim como já exposto acima nas idéias de André Green citadas por Figueiredo (no prelo). A força do mito (que é a força do um, do arcaico, do total), no entanto, está na raiz da eficácia terapêutica, assim como a fé está na raiz da dissolução da transferência. Autores de fora do campo psicanalítico, mas que já trazem essa idéia do *entre* também argumentam a favor de uma nova forma de se enxergar a teoria psicanalítica. Foucault (1969) ao colocar Freud como fundador de um campo discursivo, diz que ele usa as metáforas de forma a não fechar o campo, permitindo assim o pensamento de outros. Como dizia Foucault (1969), cada novo autor pode retornar ao texto e partir de um ponto “esquecendo” outros e, a partir daí, criar. Outra característica apontada por Miller (1984) no texto de Freud é que ele sempre deixava para o futuro uma solução para as questões que levantava: “Durante o resto de sua carreira, Freud permaneceria ao mesmo tempo levantando essas questões e adiando uma resposta definitiva para elas.” (MILLER, 1984, p. 61)

Fédida (1978), ao localizar a atividade teórica junto da atividade transferencial e da análise, mostra que o adiamento de respostas definitivas não é uma peculiaridade apenas de Freud (apesar de isto ser bastante explícito em seu estilo literário), mas da obra teórica que ele criou. Na realidade, é próprio da teoria psicanalítica esse interminável que tem a ver com o interminável da análise e com o interminável da transferência que mobiliza a teorização.

São dessas muitas questões levantadas que saem os diversos fios teóricos que tecem o campo psicanalítico pós-freudiano. Todos os grandes autores seguidores de Freud puxam fios ao gosto de seus fantasmas, o que enriquece sua obra e também a limita (como aconteceu, inclusive, com os textos de Freud). O limite de cada obra está nos fantasmas próprios aos seus

autores e na possibilidade de cada um enxergar uma determinada maneira de teorizar a intersubjetividade, conforme nos mostram Coelho Jr. e Figueiredo (2004) na introdução da dissertação. Essa é a marca de uma nova maneira de teorizar, e eu arriscaria dizer que, quanto mais ancoradas nos próprios fantasmas mais eficientes são essas teorias, já que “a função fantasmática da teoria é a da sua criatividade propriamente dita” (FÉDIDA, 1978).

2. 4 - A Específica Relação entre a Teoria e a Prática Psicanalítica

Retomaremos agora outro tema importante para a compreensão da teoria psicanalítica: sua relação com a prática. A teoria psicanalítica não pretende apenas descrever o aparelho psíquico, pretende que essa descrição fundamente uma prática. Como temos visto, a maneira como o psicanalista pratica a teoria influencia o modo como ele se dirige a ela e formula questões para a mesma. Como será a busca por um fundamento eficaz para sua prática? Aliás, essa relação entre teoria e prática, em que a primeira é fundamento da segunda, se mantém na psicanálise? Essas são algumas das questões que servem de ponto de partida para este tópico. Como venho fazendo desde o início do texto, usarei idéias internas ao campo psicanalítico e outras de fora dele.

Figueiredo (2004), em texto que reproduz e amplia uma palestra dada em 1993, aponta a complexa relação entre teoria e prática na psicologia clínica: a prática não é apenas aplicação da teoria, esta tem sua origem e destino na clínica. Ou seja, é para estabelecer critérios para uma prática que há teoria – o destino da teoria seria a clínica; ao mesmo tempo em que é a clínica que dá elementos para que se construa uma teoria – sendo a clínica o ponto de partida para a teoria. Mas como fazer uma teoria a partir da clínica se essa é resultado de uma teoria? A velha questão do ovo ou da galinha denota a complexidade da relação entre ambas, complexidade na qual está mergulhado qualquer psicanalista: estudamos para saber

clínica, no entanto, as teorias psicanalíticas não dão conta de ensinar isso. Além disso, como vim argumentando, a maneira de se estudar psicanálise é bastante específica e diferente, é quase uma maneira clínica de ler textos. Assim, precisaríamos saber clinicar para ler psicanálise. Enfim, onde fica a teoria enquanto clinicamos e onde fica a clínica quando estudamos a psicanálise talvez seja uma questão que resuma essa complicação.

Miller (1984), no texto citado acima, discorre sobre as diferenças – às vezes muito tênues, como se verá em seguida – de uso da teoria psicanalítica pelos psicanalistas e pelos humanistas em geral. Essa discussão, feita por um crítico literário, me ajudará a explicitar as diferentes relações que se pode estabelecer com a teoria psicanalítica. Os críticos literários e os estudiosos de ciências humanas buscam fundamentos sólidos para desenvolver suas interpretações. Por trás dessa busca está a crença de que pode haver um alicerce seguro para uma interpretação canônica a respeito de um fato humano. Miller (1984) coloca a psicanálise como uma das possibilidades de ferramenta textual para uma interpretação mais eficaz nas ciências humanas. No entanto, ele afirma que se os humanistas se revelam bons leitores, eles encontram nestes textos extra-humanísticos, entre os quais ele encaixa a psicanálise, os mesmos problemas com que se deparam nos puramente literários.

Ao tentar fazer essa distinção entre os humanistas e os psicanalistas que se valem dos textos de Freud, Miller (1984) afirma que os primeiros buscariam um *fundamento* seguro para continuar seu próprio trabalho em seu *campo de estudo*. Já os segundos buscariam uma *luz* para sua *prática* em exemplos clínicos, hipóteses a respeito da vida mental ou de como se deve agir para curar alguém. Assim, no campo de estudos buscam-se *fundamentos*, já para a prática clínica exige-se uma *luz*, esta seria uma primeira distinção entre psicanalistas e outros que se aproveitam dos referenciais teóricos da psicanálise. (É de se notar que Miller (1984) usa uma linguagem mais científica para descrever o *campo de estudo* – a palavra *fundamento*

— e uma linguagem mais iniciática voltada para a *prática* psicanalítica – *luz.*)²⁷ A questão da prática clínica ainda traz mais uma diferença: além de buscar a descrição do fenômeno psíquico na teoria, o psicanalista levaria em conta as “recomendações” técnicas de como agir, que Freud só formulou para a situação analítica. Não podemos esquecer que Freud tem vários textos a esse respeito, todos os incluídos nos chamados escritos técnicos da psicanálise.

Não são tão facilmente separáveis, como à primeira vista parece, os textos que se pretendem técnicos e os que descrevem o funcionamento do aparelho psíquico. Encontramos boa parte da teoria da transferência nos escritos técnicos, por exemplo. Mas há uma especificidade destes textos: eles pretendem ajudar a constituir o psicanalista ao explicar sobre o que ocorre na situação analítica e como o psicanalista deve ou não se portar nela para ter uma atuação eficaz. Textos como “Conselhos ao Médico no Tratamento Psicanalítico”, de 1912, ou “Observações sobre o ‘amor de transferência’”, de 1915, falam do que o psicanalista vai encontrar na situação analítica, desde características mais objetivas até *experiências* profundamente marcantes (como o amor de transferência). Ao explicar sobre a situação analítica (principalmente sobre a transferência) e sobre seus atores, entre eles, obviamente, o psicanalista, Freud estava parindo o psicanalista. Se o psicanalista é constituído pela teoria psicanalítica ele não pode apenas usar tal teoria em sua prática, pois é essa mesma teoria que determina sua identidade. Essa identidade não é, no entanto, dada de forma direta ou indubitável, pois, como pontua Figueiredo (2000) as recomendações técnicas não contém diretrizes do que fazer, só do que não fazer: pretendem “*interditar* ou *dissuadir* certos procedimentos entre analistas inexperientes ou afoitos.” (FIGUEIREDO, 2000, p. 14).

Inadvertidamente, porém, Freud constituiu muito mais o psicanalista ao descobrir a transferência do que nos seus conselhos práticos. E a identidade constituída aí é daquela maneira particular: uma identidade bem pouco idêntica a si própria. Contraditoriamente,

²⁷ Devo essa observação aos comentários de Nelson da Silva Jr. sobre o meu texto.

quando Freud pensa oferecer conselhos práticos ao psicanalista, ele está sendo bem pouco psicanalítico, por estar supondo um saber sobre a prática não fundado no vivido inconsciente do analista. Nesse momento, quando separa a prática da teoria, ele despreza todo o legado psicanalítico surgido com a noção de transferência e resistência, como nos mostrou Fédida (1978). A identidade do psicanalista é a da análise de suas próprias resistências: frente à teoria, à análise ou aos seus pacientes. Sendo assim é uma identidade móvel, que não pode se tranquilizar em uma certeza do que fazer ou não fazer, nem sobre o que é ou não é.

Mesmo assim, estando relacionadas à prática analítica, as proposições teóricas estariam abertas ao teste empírico. Nas palavras de Miller (1984): “O seu valor encontra-se em sua eficácia prática, não em sua beleza teórica e nem mesmo em sua verdade (...)” (MILLER, 1984, p.52) Mas não nos enganemos com a aparente simplicidade desta afirmação. Quem dera pudéssemos confiar nos testes empíricos das teorias psicanalíticas. Se assim fosse, por exemplo, não teríamos obras quase antagônicas como as de alguns psicanalistas posteriores a Freud. Na realidade, estou falando de um tipo diferente de teste empírico, assim como de um tipo diferente de eficácia. Em última instância, pensamos que a Psicanálise funciona, ou seja, teria passado pelo teste empírico da clínica em geral. Mas em casos específicos, singulares, talvez conte mais justamente a beleza do enunciado, da construção do caso clínico, ou até sua aparência de verdade. O próprio Miller (1984), no decorrer do texto, irá apontar uma outra forma de eficácia empírica, quando apresenta as *construções*. Do ponto de vista psicanalítico, essa eficácia estaria fundamentada na emergência do campo pulsional, como visto no item sobre as *construções*.

Mijolla-Mellor (2004) diz que essa mesma questão é tratada por Freud em outro texto do mesmo ano: “Análise Terminável e Interminável”. Neste texto, Freud se mostra pouco

capaz de dar conta da explicação da eficácia das intervenções psicanalíticas. Ele explica melhor a ineficácia do que a eficácia propriamente dita. Freud expõe que o paciente pode não aceitar a teoria psicanalítica comunicada a ele através da interpretação por preferir alguma teoria pessoal (Fédida (1978) vai chamá-la de delírio ou mito), como as crianças que seguem por suas próprias teorias sexuais infantis ignorando informações dadas pelos adultos. Seguindo com Fédida (1978) e Mijolla-Mellor (2004), na questão da eficácia, como já disse acima, está a luta contra a “força primitiva do mito” que não é sujeito à interrogação como a teoria. Ou seja, uma intervenção (interpretação ou *construção*) que não se fie na teoria pessoal do paciente será completamente ineficaz, mas a que não questione tal mito pessoal também não será feliz. A eficácia terapêutica estaria novamente nesse *entre* do absolutamente pessoal para o absolutamente externo, que é o da transferência.

Nessas colocações fica claro que o que importa à psicanálise é o “processo de fazer sentido” (FIGUEIREDO, 2006), que seria apenas iniciado pela *construção* apresentada ao paciente pelo psicanalista. Assim, a eficácia da psicanálise consistiria em iniciar esse processo. Essa também é a potência da teoria psicanalítica com sua função metáfora-interpretativa. Novamente explicita-se que só há tal eficácia se juntas estão tanto a teoria quanto a clínica. A noção heideggeriana de eficácia da obra de arte, apresentada por Figueiredo (1994), ajuda a entender como se dá essa iniciação. A eficácia da obra de arte está em instaurar a sensibilidade para apreciação desta mesma obra. Fazendo um livre paralelo, seria essa a eficácia esperada da intervenção psicanalítica: instaurar um campo onde possam se desdobrar novas associações produzindo sentidos, ou seja, antes da intervenção, ela própria não faria sentido.

Isso lembra o que foi visto acima sobre o momento inaugural da psicanálise, com um texto que abriu um novo campo discursivo. Um campo discursivo que guarda em si espaço para diferenças e de onde vários autores podem fazer surgir teorias criativas, que já contêm,

no momento de sua inauguração, a possibilidade de movimentos renovadores. O que já estava marcado no nascimento da teoria psicanalítica, continua a existir na sua prática, pois o que importa para a Psicanálise, na clínica, também é abrir o campo para *novos sentidos*. E nesse sentido, sempre manter *aberto o campo*.

Retomando a linha de argumentação em que o psicanalista é visto como um prático, Miller (1984) afirma: “O analista pode ser considerado como alguém que abstrai as hipóteses clínicas embutidas no ensaio e as testa na prática, como Freud o incita a fazer.” (MILLER, 1984, p. 55) Se é necessário fazer tal abstração, então a hipótese clínica não está colocada de forma objetiva. Como, então, o psicanalista faria para abstraí-la? Qual o filtro que permitiria ou impediria o analista de fazer tal abstração? Ou seja, não há dificuldade só na testagem das hipóteses, mas também na formulação delas. O escritor – Freud, no caso do artigo de Miller – formula hipóteses que serão lidas pelo psicanalista já modificando-as, e que então serão testadas. É interessante como Miller (1984) percebe que o leitor psicanalista é exigido em sua pessoa ao ter que abstrair as hipóteses a serem testadas. Cada leitor pode abstrair uma específica, ele está participando da construção da teoria e da maneira como deverá testá-la. Vê-se como uma construção teórica mais fluida, diferenciada, complexa até, em que a objetividade não destrua as idiosincrasias do objeto, complica bastante a tentativa de enxergá-la apenas como condutora de uma prática.

Voltando a falar a respeito dos críticos literários, Miller (1984) afirma que estes usariam a teoria psicanalítica com mais liberdade e frivolidade, já que não estaria em jogo a vida ou a morte de alguém, como na clínica às vezes está. Como já visto acima, no entanto, seria impossível uma boa leitura dos textos psicanalíticos que não abrangesse suas contradições (“não apenas... mas em vez disso”). A prática talvez se dê justamente na escolha, sempre arriscada, por uma determinada metáfora ao invés de outra, naquele instante. Ou, em outras palavras, na abstração de determinadas hipóteses, e não outras, dos textos lidos.

O risco e a riqueza da psicanálise, como vão aparecendo aqui, são o de assumir uma leitura específica a partir do seu vivido inconsciente (expressão muito usada no texto de Fédida), isso só é possível a partir de uma experiência de análise, experiência essa que continua a surtir efeito nos atendimentos do analista, onde as falas dos pacientes podem tocar em seus pontos cegos, nas transferências não analisadas etc. Isso não significa que a clínica – tomada aqui como o dispositivo em que ocorre a análise, tanto para o paciente como para o analista – reduz os sentidos abertos na teoria, já que o contrário também pode acontecer: a proposição escrita, fechada, é interpelada por acontecimentos não previstos na clínica. Como já dito anteriormente, a trama especial da teoria psicanalítica é consequência de seu objeto, o inconsciente, que é o mesmo que encontramos na clínica. Assim, tanto o paciente nos surpreende quanto um texto pode fazê-lo, pela característica especial do texto e também do leitor psicanalista.

Lembro-me de uma situação vivida por mim no início da minha clínica em que formulei uma interpretação e informei – precipitadamente, como vi mais tarde – à paciente. Ao escutá-la, ela desabou em um choro convulsivo, do qual saiu ao me perguntar: “O que foi mesmo que você disse? Eu me esqueci...” Um sentido precipitado, antes da hora, foi engolido de volta pelo inconsciente. Preciso dizer que não só pelo dela, pois o acontecimento foi tão forte que a mim também escapou completamente o que eu havia dito. Essa experiência mostra como pode se dar uma abertura, nesse caso com o subsequente fechamento, de um sentido a partir de uma intervenção. Imagino que a interpretação feita por mim tenha retornado à análise em momento mais propício, já que esta se desenvolveu por mais quatro anos após o fato que relatei. Suponho também que é assim que se dão ou não aberturas de sentido no decorrer da leitura de um texto. O inconsciente do analista pode se manifestar nessa leitura e sentidos não compreendidos em um momento poderão sê-lo no seguinte. A fala dessa minha

paciente deve ter tocado em pontos escusos do meu vivido inconsciente, e devo ter respondido desse porão assustador para ela.

Escolhi relatar este pequeno excerto clínico para trazer um exemplo, no aqui e agora do texto, de como o psicanalista lida com a teoria: esta lhe faz lembrar tal acontecimento clínico, ou vice-versa, uma experiência vivida faz lembrar um certo texto teórico. Assim, o estudo teórico anda *pari passu* com a experiência clínica. E ambos absolutamente juntos à experiência inconsciente do analista (pois eu não creio que foi uma resistência da minha paciente que me fez esquecer o que eu havia lhe dito, meu esquecimento foi fruto de minhas próprias resistências).

Essa dualidade – teoria e prática – não redutível uma à outra é tratada por Figueiredo (2004) no mesmo texto citado acima, ele nos traz conceituações de M. Polanyi, filósofo alheio à psicanálise. Para este autor, o conhecimento se divide em conhecimento tácito ou pessoal e conhecimento explícito — que também pode ser chamado de representacional ou teórico.

O conhecimento tácito ou pessoal é de natureza pré-reflexiva, está em um plano da experiência em que não há sujeito e objeto independentes entre si, por isso é totalmente incorporado às capacidades afetivas, cognitivas, motoras e verbais do sujeito. Este conhecimento é capaz de ação, mas não de explicar-se. Já o conhecimento explícito se torna disponível na forma de *sistemas de representação* – por exemplo, nas teorias – reconhece-se como conhecimento, explica-se e é acessível a críticas. No entanto, só se torna eficaz como conhecimento quando incorporado ao conhecimento tácito.

Podemos supor que o conhecimento tácito, este conhecimento já incorporado e capaz de ação, seja o que se manifesta na clínica, já que não é desejável e, muitas vezes, nem possível, agirmos de acordo com um determinado texto teórico. Assim, a teoria não apareceria na clínica explicitamente, mas deveria estar lá de forma encarnada. Já o conhecimento explicitado em sistemas de representação estaria presente nas teorias que fazemos sobre e para

determinada questão clínica. Neste modo de apresentação, prestar-se-ia a debates teóricos e desenvolvimentos, mas não para a clínica. A questão que aparece é sobre como uma forma de conhecimento pode se transformar na outra e vice-versa. Além disso, mantém-se a questão já colocada, sobre a necessidade e a possibilidade de explicitar e formalizar a teoria psicanalítica em sistemas de representação. Como vimos com Fédida (1978), Miller (1984), Roustang (1987) e Mahony (1990, 1992), os sistemas de representação da psicanálise são bem diferentes dos das outras ciências.

Para que um conhecimento explícito seja incorporado é necessária uma experiência de aprendiz, um treino. No texto de 2004, Figueiredo dá o exemplo de um pianista que inicia seu aprendizado aplicando determinadas regras mas que, posteriormente, não será capaz de explicar como se movem seus dedos sobre as teclas do piano.

Outra relação entre formas de conhecimento se dá entre conhecimento focal e conhecimento subsidiário, sendo o primeiro figura que só existe sobre o fundo do segundo. O conhecimento subsidiário abrange tudo o que está na margem da consciência, ou seja, o corpo do sujeito, sua história e pertinência social. Assim, é a partir dessas particularidades do conhecimento subsidiário que se pode focar algum objeto e construir conhecimentos explícitos na forma de sistemas de representação.

A compreensão de uma teoria não se resume ao conhecimento focal que se tem dela:

Compreender uma teoria é incorporá-la, é silenciá-la, é poder dela dispor sem fazer dela o alvo de um conhecimento focal, é ter dela uma consciência não temática, como condição de interpretar as coisas do mundo, configurá-las, focalizá-las para agir sobre elas. Enfim, a teoria é útil quando recua para a condição de fundo silencioso, permanecendo nas margens da consciência focal. (FIGUEIREDO, 2004, p. 120, grifos do autor)

Já ao conhecimento subsidiário não se alcança de forma explícita e focal, por sua característica constitutiva de ser fundo.

A dupla conhecimento explícito/conhecimento tácito não é coincidente com o duo conhecimento subsidiário/conhecimento focal, mas é associada a ele. No conhecimento

subsidiário está incluído tudo o que está à margem do foco: a história do sujeito, seu corpo, suas emoções; e o conhecimento tácito é o que já está incluído no subsidiário. Assim, no conhecimento tácito e no subsidiário se trata de afirmar que a pessoa que conhece está absolutamente implicada no processo de conhecer, e que este só se dá a partir das potencialidades e limitações das experiências constituintes da pessoa que conhece. Obviamente há uma importância grande dos sistemas representacionais e dos temas focados, mas como Figueiredo (2004) afirma:

Poderíamos dizer que nas origens o *conhecimento tácito* precede o *explícito*; poderíamos ainda afirmar que a destinação de todo *conhecimento representacional* é sua incorporação e retorno à condição de disposições corporais; mas devemos também dizer que a cada momento o sentido dos sistemas representacionais e dos discursos teóricos é dado pela apreensão não temática que deles somos capazes. Ou seja, a experiência pessoal é origem, destino e contexto de significação de toda teoria. (FIGUEIREDO, 2004, pp. 120-121, grifos do autor)

Durante todo o texto várias proposições de Fédida (1978) foram apresentadas e talvez já tenha ficado claro seu ponto de vista sobre esse assunto – relação entre teoria e clínica psicanalíticas – que é o eixo principal do texto citado. Para ele, há uma impossibilidade de separação entre teoria e clínica na psicanálise, pois, como já foi dito, o específico da teoria psicanalítica é a transferência. Na teoria psicanalítica há um *a mais* a ser transmitido que é a experiência do inconsciente. Essa experiência, no entanto, impõe um jogo de forças inédito em outras teorias, pois a força de atração do inconsciente estará sempre impondo movimento à teoria e à análise (já que ambas andam juntas). Os protótipos inconscientes do Id, personificados na figura do “ausente perdido” – primeiro objeto ideal perdido e sempre buscado – mobilizam o trabalho psíquico de análise e teorização que transformam essa busca pelo “ausente” em uma “ausência” constitutiva da teoria. Transformação nunca totalmente efetuada, e essa é uma importante característica do trabalho de teorização e clínica psicanalítica: a teoria e a análise estão lutando interminavelmente contra a força de atração

dos protótipos inconscientes. Em outras palavras, poderíamos dizer, contra a força do recalque.

Qualquer interpretação de um texto só pode ser feita pela análise na qual o psicanalista se formou, ou ainda, na “análise nele formada”, segundo expressão de Fédida (1978). No entanto, não se deve enxergar uma primazia da análise sobre a teoria, pois se, por um lado, são os fantasmas pessoais que geram um esforço teórico, por outro, sem esse esforço não há teorização possível. Esse é o projeto teórico inicial do analista, como diz Fédida:

Projeto designa então, nessas condições, uma projeção do eu no ideal e falar de ‘projeto teórico’ (...) é claramente ambíguo! É, em efeito, uma projeção teórica inerente ao *eu-ideal* e, *nesse caso, a teoria se concebe como formação do inconsciente* – formação substitutiva – congruente ao narcisismo primário e ao desejo de onipotência, sobre a base de identificações ‘heróicas’ e afirmações sadomasoquistas do si que tem por corolário a negação do outro.”²⁸ (FÉDIDA, 1978, p. 263, grifos do autor)

Fica claro nessa afirmação que a base da teoria é uma formação do inconsciente que precisará ser elaborada para tornar-se, de fato, teoria psicanalítica transmissível e aplicável.

A teoria, então, é obra de perlaboração e de elaboração na análise desta fantasmática. Não nasce, portanto, separada daquela. Foi assim que a teoria freudiana nasceu da auto-análise de Freud, como diz Anzieu (**apud** FÉDIDA, 1978). Também é uma obra teórica que constrói a própria identidade do analista, já que se dá sob seus fantasmas pessoais. Como não há separação entre uma coisa e outra, todo analista faz sua própria teoria, mesmo que não lhe dê a forma de escrita pública.

Mais uma consequência do “projeto teórico inicial do analista” é que a teoria implica sempre em um inalisável, em um ponto cego, “em torno do qual se constroem os pontos fortes da teoria” (FÉDIDA, 1978, p. 268), motor do trabalho teórico. Estamos falando da

²⁸ No original em francês: “*Projet* designe donc, dans ces conditions, une projection du moi dans l’idéal et parler de ‘projet théorique’ devient – dirait-on – clairement ambigu! Il est, en effet, une projection théorique inhérente au *moi idéal* et, dans ce cas, la théorie se conçoit au titre d’une formation de l’inconscient – formation substitutive – congruente au narcissisme primaire et au désir de toute-puissance, sur la base d’identifications ‘heroïques’ et d’affirmations sado-masochiques du soi que ont pour corollaire la négation de l’autre”

função psicoterapêutica da teoria, já que a teoria se desenvolve nos encontros contra-transferenciais do analista com o recalçado e a resistência.

A clínica psicanalítica é absolutamente necessária para que a teorização seja uma teorização da psicanálise feita pelo psicanalista. Isso porque a perlaboração, da qual a teoria é fruto, continua a se dar no encontro *entre* as próprias resistências do analista e as resistências dos pacientes:

A reciprocidade perlaborativa se concebe do poder da fala do paciente de criar no analista fases ou zonas de estagnação que – contratransferencialmente – concernem à economia de suas próprias resistências: nesses momentos o analista tem a impressão de que a fala do paciente é tão mais *escrupulosamente* escutada que ela *não lhe diz nada* (FÉDIDA, 1978, P. 278, grifos do autor) ²⁹

Sobre essa resistência (dupla) se dá a perlaboração que leva a momentos de síntese compreensiva “que são, incontestavelmente, momentos de descoberta teórica” (FÉDIDA, 1978, p. 278). Claro está que nessa descoberta teórica estão incluídas tanto a teoria psicanalítica quanto a descoberta sobre as próprias resistências.

2. 5 - A Prática Clínica Invadindo a Teorização e Vice-versa

Ocorre-me outra lembrança clínica que traz à tona exatamente isso: como um determinado acontecimento pode levar o analista a sair de sua posição eficaz, com a teoria entranhada em seu corpo, e passar a tentar usar a teoria de forma resistencial. E como, posteriormente, é o reencontro com seu conhecimento subsidiário (sua experiência pessoal ou seus pontos cegos), melhor enxergado a partir de teorias, que a mesma posição eficaz é reassumida.

²⁹ No original em francês: “La réciprocité perlaborative se conçoit donc du pouvoir de la parole du patient de créer chez l'analyste des phases ou zones de stagnation qui – contre-transférentiellement – concernent l'économie de ses propres résistances: en ces moments-là l'analyste a lui-même l'impression que la parole du patient est par lui d'autant plus *scrupuleusement* écoutée que *elle ne lui dit rien* (...)”

Atendia Mário desde os seus 16 anos. No início, ele vinha às sessões com uma folha de papel na qual lia o que iria me dizer. Aos poucos, Mário pôde ir se colocando menos defensivamente frente a mim, começou a vir sem o papel e já sorria ou fazia piadas sempre que eu pontuava que ele não me deixava participar das sessões, que ele sempre pensava tudo sozinho ‘lá fora’ e que aqui dentro ele apenas me comunicava as conclusões. Comunicação estranha a estabelecida nesse momento. Não era uma via de mão dupla, Mário me informava de sua vida, como em um telejornal, mas minha fala não mudava seu texto.

A análise transcorria bem, ele tentando se defender menos e eu tentando assustá-lo menos. Um belo dia, no entanto, algo fugiu ao *meu* controle e eu falei o que não podia, o que não estava previsto no nosso contrato tácito. Disse ao Mário, que ele *nunca* poderia saber se eu tinha mentido sobre uma determinada situação ou não, ele me respondeu que era verdade, ele precisava confiar em mim. Seria interessante pensar o que foi mobilizado em mim, além obviamente de minhas próprias resistências, para que eu respondesse desse modo, já que a perlaboração, como trabalho inconsciente da teoria continua quando estamos escutando alguém na clínica. Como dito por Fédida (1978) logo acima, “o paciente tem o poder de criar no analista fases ou zonas de estagnação que – contratransferencialmente – concernem à economia de sua própria resistência”.

A questão é que ele não conseguia confiar em mim, e eu não tinha suportado ficar sob a sua ilusão de controle. Na sessão seguinte, tudo continuou a correr normalmente até que Mário se lembra de um sonho e me relata: “Lembrei agora de um sonho, não sei o porquê, foi no dia daquela dor de cabeça muito forte. Tinham vários números...” Mário foi narrando os números e automaticamente, diferentemente do que costumo fazer, anotei-os (“as palavras foram tão escrupulosamente escutadas que não me disseram nada...”). Os números eram o código do meu *pager*, que eu não disponibilizava para os pacientes. Eu fiquei completamente embasbacada. Difícil dizer se o que me surpreendeu e aterrorizou foi a possibilidade de uma

comunicação entre o meu inconsciente e o de Mário – que além de mágica seria à minha revelia – ou se foi a possibilidade de Mário estar me enganando, de ter inventado que sonhou o número de meu *pager* para me ameaçar. O sonho dizia que ele conhecia mais de mim do que eu imaginava e que eu conhecia menos dele do que supunha. Sob o choque, a única coisa que me ocorria era o texto da “Interpretação dos Sonhos”, de Freud. Passei a tentar seguir as regras de uma interpretação, pedindo que ele me oferecesse, linha a linha, associações sobre o sonho. Obviamente, essa conduta foi totalmente infrutífera, mas me permitiu suportar o restante do atendimento.

De certa forma, podemos pensar que ao me agarrar em uma teoria explícita, doutrinária, já que não estava ancorada em minha experiência inconsciente, criei a possibilidade de sobreviver à sessão, para que o *trabalho de teorização psicanalítica*, propriamente dito, se desenvolvesse no decorrer das experiências após a sessão. Na realidade fiquei presa ao meu mito pessoal e ao seu correlato externo, a teoria, como diria Fédida (1978).

Durante e após a sessão fiquei tomada de terror, um terror inexplicável para mim, que me impedia de pensar. Na noite após a mesma sonhei, e quando acordei de madrugada pude alcançar algum entendimento: meu pavor era de estar numa situação em que eu não tinha controle, que eu não podia fazer nada a não ser acreditar no outro. Se Mário me dizia que tinha sonhado com o número do meu *pager* (e eu tinha certeza de que ele sabia que o número do seu sonho era o do meu *pager*), eu precisaria acreditar.

Se o desencadeador do sonho foi a sessão de análise de Mário, este resto diurno, no entanto, me remeteu a situações vividas em minha infância, situações sobre as quais descobri – em minha análise – que nem eu, nem os adultos a minha volta, tinham o controle. Meu sonho ligava o meu pavor à maior situação de descontrole já vivida por mim, com a situação de descontrole que eu tinha vivido naquela sessão. Situação que Mário vivia também em sua

casa e, talvez, em sua análise. Após acordar apavorada, me lembrei de que eu já tinha esse sentimento ao ir dormir. Lembrei-me da sessão, da experiência vivida nela e da força de alguns acontecimentos transferenciais. Retomei de outra forma a teoria dos sonhos freudiana: pensei na noção de resto diurno e nos desejos sexuais infantis como a principal força motivadora dos sonhos e fiz uma pequena análise (que continuou em uma sessão na qual eu era a paciente).

Após meu sonho, pude retomar minha condição de analista, em uma análise bastante modificada por esse acontecimento, já que tanto eu quanto Mário havíamos perdido qualquer ilusão e possibilidade de manter as defesas (minhas e dele) em seus devidos lugares.

Estas cenas mostram o dinamismo da situação analítica transferencial, em que não são estanques, apesar de absolutamente dissimétricos, nem as posições de paciente e analista, nem os locais onde ocorre a análise: sessões de análise, sonho, trabalho teórico.

Como se pode observar, tal vinheta clínica descreve também a própria regressão do analista na sessão, não só aos seus fantasmas infantis, mas à lógica ou forma de pensar típicas do inconsciente. Como se teorizaria então tal fenômeno?

Para Silva Jr. (2006) os limites impostos à teorização científica pela Psicanálise são resultado das condições psíquicas do analista para poder exercer a clínica. Segundo Silva Jr. (2006) isso foi explorado por Green em seu livro *La Pensée Clinique*, de 2002. Para Green (apud SILVA JR., 2006), o pensamento clínico é um modo original e específico de racionalidade proveniente da experiência prática. Essa específica racionalidade seria conduzida pela angústia, sofrimento e dor do analista, e pelas formas como este tenta defender-se delas, ou seja, por suas resistências. Para Green, seguindo Freud, o pensamento inconsciente não depende das representações de palavra, pelo contrário, se apóia sobre as representações de coisa. Isso estaria presente na regressão do analista.

A regressão do analista, embora seja irmã da regressão que ocorre com o paciente nas sessões analíticas, nos sonhos ou sintomas, é um instrumento de trabalho deste. Não sendo, então, ingênua e espontânea, segundo Silva Jr (2006). Este autor continua sua explanação lembrando que tal fato clínico é teorizado por diversas escolas psicanalíticas, quais sejam: a kleiniana com sua conceituação de contratransferência; a Winnicottiana, com a idéia de que o brincar deve participar da análise; Bion, com sua máxima “sem memória e sem desejo”; e Lacan com o resgate da centralidade do desejo do analista para a clínica. Fica clara a tentativa de teorização que a regressão do analista propicia. Portanto, de fato, não é uma regressão ingênua, pois é prevista na teoria analítica. Não concordo, no entanto, que ela não seja espontânea, contrariamente ao escrito por Silva Jr. (2006), pois um tanto de espontaneidade escaparia sempre à formalização teórica, como venho defendendo. Além do mais, o movimento regressivo é uma falha nos mecanismos de defesa do analista frente à angústia, falha necessária para que se dê a análise, mas impossível de ocorrer por livre e espontânea vontade deste. Há uma força do inconsciente sempre tentando se impor em contrabalanço à tentativa consciente de recalá-lo, este jogo de forças está além da capacidade da razão ou da consciência de controlá-lo. Um analista, no entanto, pode reconhecer o próprio movimento regressivo – não no momento em que ele ocorre, quando tentará apenas se defender das angústias provindas dele – mas no *a posteriori* da teorização psicanalítica.

Seriam dois momentos diversos então: um clínico, onde ocorre a regressão do analista, e outro teórico, quando ele reflete sobre o que ocorreu? Um baseado na linguagem do inconsciente e outro na razão consciente? Na realidade não há como tornar estanques esses dois momentos, como venho defendendo ao longo da dissertação e como fica exposto na vinheta clínica apresentada.

Silva Jr. (2006), que tem como um dos motores do seu texto a questão da possibilidade de formalização da teoria psicanalítica, tentará então pensar as condições de teorização da

regressão do analista na clínica. Ele considera que a psicanálise contém uma nova teoria da linguagem, que “pensa a ruptura do sentido como de modo necessário” e o limite da linguagem, ou seja, o não-sentido fazendo parte do sentido. Nesse percurso, usa idéias de Fédida, em que este coloca a regressão como impossível de ser abarcada através da linguagem – não só a científica, mas mesmo a cotidiana. Ela não seria apreensível *com* a palavra, mas *pela* palavra, enquanto ela se fala. Ou seja, não haveria uma possibilidade de formular um modelo dessa regressão, mas ao falá-la criar-se-ia saber sobre ela.

Todas essas idéias me levam a pensar em uma “prática teórica”: a teoria na psicanálise não seria apenas um momento de teorização, mas um lugar onde a prática, não mais clínica, mas quase similar àquela, se apresenta em toda a sua força.

Tanto a clínica quanto a leitura de textos teóricos trazem em si a possibilidade de surpresa e o risco de fechamento de sentido. E talvez seja essa a tensão a ser preservada tanto na clínica quanto na leitura desses textos: a da possibilidade de surpresa. Fédida (1978) e Green (*In* Figueiredo, no prelo) falam de uma posição *entre*: *entre* paciente e analista, *entre* o intra-subjetivo e o intersubjetivo, *entre* diversas teorias psicanalíticas, *entre* a prática e a teoria.

Finalizarei este ensaio com a idéia de Figueiredo (2004) de que a teoria teria a função de abrir uma distância em relação ao comportamento cotidiano do analista, instituir um “tempo de indecisão” na ação psicanalítica, sem, contudo, deixar de valorizar o conhecimento tácito, ou seja, o modo de agir já encarnado pelo analista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo este o último capítulo desta dissertação, e pretendendo que ele seja uma espécie de conclusão do trabalho, retomei as principais teses desenvolvidas nele. Apresentarei também algumas vivências *específicas* que ocorreram durante sua feitura.

Vim defendendo, ao longo dos textos apresentados, que a Psicanálise não é nem uma disciplina científica clássica, nem uma hermenêutica. O *corpus* teórico da Psicanálise, que abrange tanto a linguagem quanto o corpo – ou seja, a dimensão pulsional energética – coloca problemas para as duas disciplinas.

Além disso, sua maneira de abordar o fenômeno individual leva em consideração o próprio sujeito que estuda, pratica ou se expõe a um processo psicanalítico como paciente. A Psicanálise não criou uma teoria externa ao sujeito para dar conta dele: desde Freud, foi a partir de sua própria análise, que surgiram as primeiras conceituações em nossa disciplina. A questão do processo analítico do autor está na base, então, de qualquer teorização e esse processo analítico está calcado na vida pulsional de cada um. Não se resumindo, então, a uma compreensão intelectual da subjetividade.

Sendo assim, a identidade do psicanalista está presente na forma como ele teoriza. Mas essa identidade, e este foi outro ponto apresentado no decorrer dos textos, é problemática, na medida em que abrange o inconsciente – algo não idêntico – em cada um de nós. As forças envolvidas no jogo entre o que consideramos como nosso e o que consideramos alheio a nós (mesmo que seja o mais próprio de nós mesmos, ou seja, os fantasmas inconscientes) dão o tom da instabilidade da noção de identidade para a Psicanálise. Sem essa visada sobre o instável de si e da teoria perder-se-ia o específico da nossa disciplina. A resistência a reconhecer o inconsciente, o arcaico e o pulsional nos coloca

sempre na iminência de abandonarmos a radicalidade da teoria e da experiência psicanalítica. Assim, Fédida (1978) define que o ser analista está na possibilidade de não sê-lo – resistindo ao próprio inconsciente – e de dever sê-lo para sempre – no trabalho interminável com seu próprio inconsciente.

No primeiro ensaio, a problemática da resistência e das transferências estabelecidas entre os psicanalistas em suas instituições, traz à tona essa identidade complexa que complexifica as associações psicanalíticas. Nessas instituições fica claro como a teoria psicanalítica não garante a ninguém uma “identidade psicanalítica”, pois apesar de serem compostas por estudiosos da psicanálise, elas também são um campo exemplar onde se tenta, involuntariamente, abolir a descoberta do inconsciente. O inconsciente, como o próprio Freud dizia, é uma ferida narcísica da qual tentamos sempre escapar. Nas instituições de ensino clássicas, onde as análises são feitas com psicanalistas que são também seus mestres, algo do ideal psicanalítico fica protegido no chamado “setor reservado da transferência” (STEIN **apud** KUPERMANN, 1991), o que impede que a análise se dê. Estes restos não analisados da transferência se manifestam dentro das instituições impedindo o pensar criativo e psicanalítico.

Kupermann (1991, 1996) apresenta-nos uma interpretação sobre o momento atual do movimento psicanalítico através do conceito de “transferências nômades”. A possibilidade de formação psicanalítica existente hoje em dia: em que esta pode se dar em várias instituições, em que apenas algumas escolas são sectárias e em que se pode fazer análise com profissionais formados em outras instituições, cria mais possibilidades para se analisar e procurar (dis)soluções para as transferências surgidas no interior do próprio campo psicanalítico, seja com seus pares, seja com a teoria. Como acompanhamos no primeiro ensaio, a história nos mostra que a Psicanálise foi se aproximando gradativamente de sua proposta radical ao romper com a crença em uma instituição una, única responsável por legislar e criar a

psicanálise válida. Ou seja, a instabilidade da identidade clínica do psicanalista se desdobra em instituições que também não garantem uma estabilidade que seria contrária ao conceito de um inconsciente que tende a se impor e ser censurado continuamente.

Outra tese que pretendo ter desenvolvido ao longo dos textos é a de que é próprio da nova lógica criada pela psicanálise – lógica do inconsciente, paradoxal, que ignora o princípio de identidade – a existência de diversas teorias concorrentes e, mesmo, contraditórias. Como pudemos acompanhar na introdução, com Coelho Jr. e Figueiredo (2003), as teorias que abordam os encontros intersubjetivos o fazem a partir de apenas um ponto de vista: imaginando-os ou traumáticos ou acolhedores, por exemplo. No entanto, em relações concretas entre pessoas, os modos de relação intersubjetiva se alternam, assim, nenhuma teoria seria capaz de dar conta da situação completa de um encontro real. Interpretar tendo por base uma única teoria e seu modo de encarar a relação intersubjetiva estancaria o processo de fazer sentido, que é a atividade própria da Psicanálise (FIGUEIREDO, 2006). Temos aqui, novamente, a tensão do desequilíbrio propiciando a atividade psicanalítica: não estabelecemos um só tipo de relação intersubjetiva e o tempo todo podemos nos surpreender por algo que escapa ao que estávamos pensando a respeito de determinada relação. É isso que levaria a alternância de teorias usadas pelos psicanalistas.

Miller (1984) nos traz, no segundo ensaio, a idéia de que os textos psicanalíticos contém metáforas “não apenas, mas ao invés disso”. Essas metáforas seriam próprias desses textos desde Freud, e se sucederiam sem dar conta do fenômeno e sem se tornarem inválidas. Figueiredo (no prelo) amplia essa idéia para as próprias teorias psicanalíticas: não apenas Freud, mas ao invés disso Klein; não apenas Klein, mas ao invés disso Winnicott, não apenas Winnicott, mas ao invés disso Klein e Lacan etc. Já Fédida (1978) traz essa função metafórica da teoria psicanalítica para dentro de seus conceitos, não há um só sentido para cada palavra conceitual, nem sequer haveria apenas uma definição para cada conceito. A polissemia

contida em cada conceito permitiria que várias leituras fossem feitas a partir dos fantasmas pessoais de cada leitor.

Isso nos leva a principal idéia defendida nessa dissertação: a teoria e o método psicanalíticos (que são indissociáveis) são ancorados nos fantasmas pessoais do analista. A consequência dessa afirmação é que a teorização em psicanálise não é só fruto de reflexão, mas da prática cotidiana com o próprio inconsciente. E estaria aí a função psicoterapêutica da teoria, segundo Fédida (1978). Assim, não há *trabalho teórico* sem vivência inconsciente, ou em outras palavras, não há teorização sem *trabalho do inconsciente*. Isso seria o mais próprio do psicanalista e da teorização psicanalítica.

1 - Os bastidores da teorização psicanalítica

Fédida (1978) afirma que o trabalho do inconsciente do analista continua fora de sua própria análise: no contato com as resistências de seus pacientes, com as contratransferências suscitadas por elas e sua posterior elaboração. Esse processo tem como resultado tanto a elaboração psíquica de fantasmas pessoais do analista, quanto a própria teoria psicanalítica. Como ele afirma, a teoria tem um eixo narcísico:

(...) as obras terminadas e instituídas continuam a ser alimentadas pela via pulsional do analista, revelando zonas de recalçamento, trajetórias delirantes, paradas alucinatórias e sobretudo um ponto cego ao redor do qual se reorganizam os momentos fortes da teoria.³⁰ (FÉDIDA, 1978, p. 268)

Obviamente, tais pontos cegos do analista, se por um lado estão presentes em qualquer análise, são mais presentes em algumas delas. E são esses pontos cegos que impulsionam o analista a teorizar. Como o próprio nome já diz, são pontos cegos, não reconhecidos à

³⁰ No original: "(...) son œuvre terminée et instituée, à se laisser nourrir et animer para la vie pulsionnelle de l'analyste, elle revele des zones de refoulement, des emportées delirantes, des à-coups hallucinatoires et surtout um point aveugle autour duquel s'organisent ses moments forts."

primeira vista, mas estão por trás da força teorizante do psicanalista. A título de curiosidade: Mário foi atendido por mim na década de 90. A situação narrada se deu naquela época. Foi inclusive motivo de escrita de meu primeiro texto psicanalítico. Mas a força da experiência impulsionou, o que eu só percebi no decorrer da escrita da dissertação, minha questão de mestrado. Na realidade, como escrevi na introdução, nem de longe ele estava presente no meu projeto de pesquisa: aquele que pretendia comparar duas teorias psicanalíticas e o que ocorria na prática dessas teorias.

No decorrer da feitura deste trabalho também me ocorreram outras experiências em que a teorização se misturava completamente à vivência do inconsciente. Por exemplo, ao escrever o segundo ensaio, logo após a escrita da vinheta de Mário, mas enquanto me debruçava sobre a relação entre a teoria e a prática na psicanálise, meu pai passou ao meu lado. Não seria nenhum acontecimento estranho, tirando o detalhe dele ter morrido há 18 anos, quando tinha apenas 49 anos. Tive uma relação muito especial com ele, acompanhei-o em encontros políticos desde criança, ganhei sua coleção de livros do Trotsky sobre a revolução russa quando eu tinha apenas 13 anos (ainda não tinha estudado sequer a Revolução Francesa, mas comecei a lê-los), ele me demandava em situações críticas de sua vida desde os meus 14 anos, enfim, uma relação que muito me enriqueceu, ao mesmo tempo em que me deixou trabalho para muitos anos de análise (ainda não terminados).

Uma das histórias tristes do meu pai foi ter passado toda a sua vida sem terminar o mestrado, que havia iniciado perto dos seus 30 anos, após voltar do exílio político. Este mestrado foi promissor, ele chegou a receber uma bolsa de estudos estrangeira para desenvolvê-lo na França, mas foi impedido de viajar em represália por sua atuação política contra a ditadura militar. No entanto, não pretendo explicar o porquê, passou o resto da vida sem terminar este trabalho, mesmo tendo se tornado professor universitário. Enfim, estava eu escrevendo, quando senti sua presença tão fortemente ao meu lado que me ocorreu pegar o

telefone para ligar para ele. Quando me movimentei para fazer isso, percebi o absurdo da situação e continuei a trabalhar.

Nada mais escrevi neste dia nem nos dias subsequentes. Este efeito do inconsciente, pois obviamente não pensei em toda essa história, nem na relação entre ela e meu texto no momento do ocorrido, teve como efeito um fechamento de sentidos: não consegui mais retomar o fio da escrita e nem das leituras que estava fazendo. Enfim, sofri de uma inibição temporária na minha capacidade cognitiva. Inibição essa que só foi resolvida depois de algumas sessões de análise. Como dizer então que este trabalho foi só fruto de uma reflexão? Como dissociar a *prática diária com o meu próprio inconsciente* dos textos teóricos que aqui apresento? É preciso dizer que o sonho sonhado depois da sessão narrada com Mário tinha meu pai como uma das figuras essenciais. Assim, não é exatamente a minha relação psicanalítica com Mário que suscita este trabalho, mas a relação com meu pai reatualizada no atendimento a Mário.

Foi também meu pai que me deixou para sempre a curiosidade sobre Lacan. Quando ele morreu estava fazendo uma análise lacaniana, para a qual eu o acompanhei algumas vezes. Foi ele também que estava lendo a biografia de Peter Gay sobre Freud, livro que me apaixonou profundamente. Aliás, foi por conta de sua morte (pelo menos esse era o motivo manifesto...), depois de meses de doença em que eu o cuidei, que fui parar na minha primeira análise, antes de ter iniciado meus estudos de Psicologia.

Quando propus o primeiro projeto de pesquisa, comparar textos de Lacan e Winnicott, a relação com meu pai já estava mobilizando esse engano de tema. Já os textos aqui apresentados terminam por abarcar um acontecimento clínico que já tinha ligação com o tema inicial, mas apenas através de conteúdos do meu inconsciente.

Nessas experiências fica clara a relação entre a vida pulsional do analista, sua clínica e sua teorização. No entanto, também tive outra experiência no decorrer deste trabalho que fala

dessa relação, mas no sentido inverso: há textos psicanalíticos que falam diretamente ao inconsciente do psicanalista. Diria mais, ao inconsciente de qualquer pessoa.

Foi o que aconteceu durante a leitura do texto de Fédida (1978), que foi muito usado durante toda a dissertação. A professora de francês que contratei para me ajudar na árdua leitura, em certo momento contou-me, por horas, momentos significativos de sua vida. No decorrer de sua fala, chorou ao contar, talvez ao perceber, que em determinado sonho seu pai lhe aparecia. Falou também sobre o que lhe incomodava em sua casa e o motivo de ter saído da França e ter vindo para o Brasil. Do texto passamos à vida, à vida dela. Surpreendida que fui por essa enxurrada de intimidades para a qual não estava preparada, apesar de lidar com isso diariamente em meu consultório, mantive-me quieta, apenas ouvi.

Ao reler o texto de Fédida, percebi como suas confidências se fizeram em resposta a determinados trechos da leitura. No nosso próximo encontro, para o qual fui apreensiva, já que não sabia como ela se portaria, ou mesmo o que queria, terminamos de ler o texto e ela me diz que eu provavelmente seria sua próxima analista já que a havia surpreendido duas vezes. (Ela está sem análise há algum tempo, mas já passou por diversos processos psicoterapêuticos, tanto aqui como na França.) Não tenho a menor idéia de como a surpreendi, talvez lendo em francês melhor do que ela imaginava, talvez lendo tal texto, talvez tendo levado este texto para ela ler, não sei. Mas essa historinha faz o caminho inverso do que Fédida (1978) propõe para a criação teórica do analista, provando que ele é de mão dupla: da teoria à análise. Fédida apresenta a tese de que a teoria psicanalítica se faz a partir da análise **do** analista e da análise que continua **no** analista. Não só das resoluções que esta lhe traz, mas também, e principalmente, dos pontos cegos que deixa. Assim, ele propõe um caminho da análise à teoria do analista.

O analista é apenas – mas isso não é pouco! – a pessoa e sua vida, sua libido etc, que se interpõe entre o paciente e o texto teórico. Assim, não posso dizer que Laurence, vamos

chamá-la assim, pensa em fazer análise comigo apenas pelo texto. Obviamente minha pessoa e minha possibilidade de escuta deram vida ao texto, permitiram que ela se questionasse. Minha capacidade de fantasmática e metaforização da teoria apresentada por Fédida estavam presentes, as metáforas sugeridas a mim pela leitura do texto, mesmo que não explicitadas, estavam ali. Um texto vivo, implicado libidinalmente nos pontos cegos do autor, também na economia psíquica da leitora psicanalista e da leitora neófito (como a professora se auto-denominou).

Terminarei por aqui essa dissertação: um pouco no ar, permitindo que essas experiências impactem o leitor, deixando espaço aberto para outras metáforas surgirem.

REFERÊNCIAS

AHUMADA, J. L. (1999) *Descobertas e Refutações – A Lógica do Método Psicanalítico* (trad. Raul Finker) – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1999.

COELHO JR., N. E FIGUEIREDO, L.C.(2004) “Figuras da Intersubjetividade na Constituição Subjetiva: Dimensões da Alteridade” *Interações*, vol. IX, n. 17, p. 9-28, jan-jun 2004

DERRIDA, J. & ROUDINESCO, E. (2004) *De que Amanhã: Diálogo?* (trad. André Telles) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

FÉDIDA, P. (1978) “Topiques de la Théorie” *In L’Absence*. France: Éditions Gallimard, 1978.

FIGUEIREDO, L.C. (1991) *Matrizes do Pensamento Psicológico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

_____ (1993) “Teorias e Práticas na Psicologia Clínica: Um Esforço de Interpretação” *In Revisitando as Psicologias – Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos*. 3ª. Ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Vozes, 2004

_____ (1994) *Escutar, Recordar, Dizer – Encontros heideggerianos com a clínica psicanalítica*. São Paulo: Educ/Escuta, 1994.

_____ (1996) “Pensar, Escutar e Ver na Clínica Psicanalítica”. *Percursos-Revista de Psicanálise*, no. 16, pp. 81-89, 1/1996

_____ (1999) *Palavras Cruzadas entre Freud e Ferenczi*. São Paulo: Ed. Escuta, 1999.

_____ (2000) “Presença, Implicação e Reserva” *In* COELHO JR., N. e FIGUEIREDO, L. C. (2000) *Ética e Técnica em Psicanálise*. São Paulo: Ed. Escuta, 2000.

_____ (2003) “Para Além das Matrizes: A Psicanálise como *enclave* da Modernidade” – *Revista de Psicologia, Fortaleza*, vol. 21, no. 1/2, p. 103-110, jan/dez 2003.

_____ (2006) “A questão do Sentido, a Intersubjetividade e as Teorias das Relações de Objeto” – *Revista Brasileira de Psicanálise*, vol. 39, no.4, p. 79-88, 2006.

_____ (no prelo) “Três teses sobre o paradoxo em psicanálise –Ressonâncias”

FOUCAULT, M. (1969) *O que é um Autor?*(trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro). 4ª. Edição. Lisboa, Portugal: Passagens, 2002

FREUD, S. (1914a) “Historia del Movimiento Psicoanalítico” *In Obras Completas*, vol. 2. (trad. Ramon Rey Ardid) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1968.

_____ (1914b) “Introducción al Narcisismo” *In Obras Completas*, vol. 2. (trad. Ramon Rey Ardid) Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1968.

_____ (1937) “Construcciones em Psicoanalisis” *In Obras Completas*, vol. 3. (trad. Ramon Rey Ardid). Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 1968.

GAY, P. (1989) *Freud: Uma Vida para o Nosso Tempo* (trad. Denise Bottman) São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRANGER, G.G. (1967) *Pensamento Formal e Ciências do Homem* – vol. II (trad. Miguel Serras Pereira) – Editorial Presença, Lisboa, 1967

GROSSKURTH, P. (1992) *O Círculo Secreto: O círculo íntimo de Freud e a Política da Psicanálise* (trad. Paula Rosas) Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992

HANLY, C. (1995) *O Problema da Verdade na Psicanálise Aplicada* (trad. Raul Fiker) – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995

KAHN, M. (1993) “Prefácio” *In* Winnicott, D. W.W. *Textos Seleccionados: da Pediatria à Psicanálise* (trad. Jane Russo) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

KUPERMANN, D. (1991) “A Transferência Nômade na Transmissão da Psicanálise” *In* Daniela Roppa (coord.) *Anuário Brasileiro de Psicanálise*. Vol. 1, no. 1, 49-53, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.

_____ (1996) *Transferências Cruzadas – Uma História da Psicanálise e suas Instituições*. Rio de Janeiro: Revan, 1996.

MAHONY, P. J. (1990) *Sobre a Definição do Discurso de Freud* (trad. Francisco Inácio Pinkusfeld Bastos) – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990

_____ (1992) *Freud Como Escritor* (trad. Elizabeth Saporiti) Rio de Janeiro: Imago Ed., 1992

MEZAN, R. (1985) *Freud – Pensador da Cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 5ª. Edição, 1990.

MILLER, J. H. (1984) “Construções da Crítica Literária” *In A Ética da Leitura: ensaios 1979-1989* (trad. Eliane Fittipaldi e Kátia Maria Orberg) – Rio de Janeiro: Imago Ed., 1995.

RODRIGUÉ, E. (1994) “O Analista das 100.000 horas” *In* *Percursos* – Revista de Psicanálise, ano VII, no. 12, 5-11, 1994.

_____ (1995) *Sigmund Freud. O Século da Psicanálise: 1895-1995*. Vol. 2. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

ROUDINESCO, E. (1986) *História da Psicanálise na França. Vol. 1 (1885-1939)* (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1989.

_____ (1993) *Jacques Lacan: Esboço de uma Vida, História de um Sistema de Pensamento* (trad. Paulo Neves) São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____ & Plon, M. (1997) *Dicionário de Psicanálise* (trad. Vera Ribeiro, Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 1998.

_____ (1999) *Por que a Psicanálise?* (trad. Vera Ribeiro) Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed., 2000.

ROUSTANG, F. (1987) *Um Destino tão Funesto* (trad. Jorge Bastos) Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1987.

VALE, E. (2003) *Os Rumos da Psicanálise no Brasil: Um estudo sobre a Transmissão Psicanalítica*. São Paulo: Escuta, 2003.

WINNICOTT, D.D.W. *O Gesto Espontâneo* (trad. Luís Carlos Borges). 2ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.